

COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL
DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA
PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2007.

Presidência do Sr. Vereador Márcio Pacheco, Presidente da Comissão.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão Permanente Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, sob a Presidência do Sr. Vereador Márcio Pacheco, Presidente da Comissão, com base no que preceitua o art. 4º da Resolução nº 1.052/06.

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Senhoras e senhores, muito bom-dia!

Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, com base no que preceitua o artigo 4º da Resolução nº 1.052/06, de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação que “Estabelece procedimentos especiais, prazo e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (Mensagem nº 81) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a política urbana do município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

O Plano Diretor é um instrumento básico da política urbana do município da nossa cidade e integra o processo contínuo de planejamento da cidade. É, sem dúvida nenhuma, depois da Lei Orgânica do município, que é a Lei mais importante da nossa cidade, a segunda de maior importância da nossa cidade porque ela trata, como eu disse, do processo de planejamento da cidade, no que tange à questão urbanística, de saneamento, todo o planejamento da cidade.

E no Rio de Janeiro, nós tivemos o Plano Diretor de 1992. Então, já temos 15 anos de Plano Diretor. E neste ano, se Deus assim permitir, termos a aprovação do novo Plano Diretor, Plano Decenal, que tende a ser um plano moderno, arrojado e que está sendo amplamente debatido nesta Casa. E eu quero elogiar, no começo desta nossa reunião, a Comissão que hoje é responsável pelo Plano Diretor na pessoa, aqui presente, do Vice-Presidente e Relator da Comissão, Vereador Jorge Felipe, a quem eu também vou passar a palavra para que possa nos dizer mais sobre o Plano Diretor. Eu parablenizo aqui o Vereador Jorge Felipe.

Para a discussão do assunto dessa Audiência Pública, nós tomamos como base um dos objetivos da política urbana da cidade que é garantir o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, dos habitantes da cidade. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta características muito singulares e, portanto, é muito importante uma grande atenção no que diz respeito ao Plano Diretor da nossa cidade, em especial à política no trato e no respeito à pessoa com deficiência.

Por isso, pela primeira vez, a Comissão Permanente de Defesa da Pessoa com Deficiência está tratando, de forma muito concreta, essa questão e chamando as Instituições para nos ajudar.

A exemplo disso é que mais da metade da população dessa região encontra-se na Cidade do Rio de Janeiro – 40% da população está na Região Metropolitana. Então, essa Audiência tem o objetivo de ouvir a população e as entidades representativas. Ouvi-los, para nós, é muito importante, as reivindicações dos moradores, as reivindicações das entidades. Mas o objetivo nosso não é individual, é coletivo e, portanto, nossas colocações de vam ser breves e, ao mesmo tempo, pontuar o que é importante para a cidade, não somente uma necessidade específica, mas o que é importante para a defesa do segmento para toda uma cidade que precisa hoje ser uma cidade humana, uma cidade receptiva, uma cidade que seja melhor para todos.

Então, nossas propostas que aqui serão elaboradas, deverão ser inseridas no Plano Diretor como sugestões e serão também acolhidas aqui por todos nós Vereadores dessa Casa, que visarão garantir melhores condições de vida urbanística da população.

Quero registrar aqui, depois dessa pequena introdução, a presença ao meu lado direito o Vice-Presidente da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência, Vereador Roberto Monteiro, que já se encontra à Mesa; a minha esquerda, como disse, o Relator da Comissão do Plano Diretor da Cidade, Vereador Jorge Felipe. Gostaria de chamar para compor a Mesa a Secretária Municipal do Deficiente Cidadão, Professora Leda de Azevedo. Gostaria de convidá-la para que fizesse parte conosco da Mesa, sendo ela Secretária responsável dos problemas de Governo e também das políticas do município. Gostaria de convidar à Mesa o Sr. Valdênio Borges de Oliveira, representante da Secretaria de Esporte, que também representa a Secretaria Especial do Pan-Americano Rio 2007, visto que o Parapan-Americano tem singular importância para o nosso projeto, porque teremos como legado para a cidade aquilo que está sendo construído para o Pan-Americano.

Portanto, é também de suma importância frisar que a Cidade do Rio de Janeiro só ganhou o Pan-Americano por causa do Parapan-Americano, equipamentos esses que uma vez preparados e adaptados devidamente, podem ser muito úteis para reabilitação, prevenção e trabalho junto ao segmento, ao trabalho que podemos desenvolver enquanto política pública para atender às pessoas com deficiência. Então, a questão de transporte, a questão de infraestrutura da cidade, tudo isso será questionado.

E lembrando que amanhã – eu já quero pontuar aqui – nós faremos a vistoria nos equipamentos que estão sendo construídos para o Pan-Americano, conseqüentemente, para o Parapan-Americano. A primeira vistoria oficial da Comissão de Defesa da Pessoa com Deficiência nos equipamentos esportivos que estão sendo construídos para o Parapan-Americano, amanhã, a partir das 8h. Logo mais passarei os detalhes.

Também quero convidar para fazer parte da Mesa a Sra. Sandra Tortuela Lobo, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Ela que é Coordenadora de Programas de Reabilitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Bom, como disse, o Plano Diretor é um plano que vai nos trazer o planejamento para a cidade.

Eu encerro aqui a minha colocação. Logo depois da colocação, peço aos Vereadores e aos membros da Mesa que sejam breves para que possamos passar a palavra a vocês, ao Plenário e aí teremos, então, a colaboração efetiva da palavra, para que nós possamos registrar esse encontro, todo ele sendo gravado, oficial, porque desta nossa Audiência extrairemos um documento, um relatório oficial que será entregue à Comissão do Plano Diretor para colaborar na instrução de todo esse Plano Diretor que será votado. Então, o relatório final será entregue ao Vereador Relator para que, dali, nós tenhamos a possibilidade de apresentar as Emendas ao Substitutivo nº 3 do Plano Diretor da Cidade.

No decorrer da nossa Audiência vou apresentar a vocês, porque nós tivemos oportunidade de apresentar *a priori* algumas Emendas ao Substitutivo. Essas Emendas estão sujeitas a mudanças e sujeitas a esta nossa Audiência. As sugestões que saírem desta Audiência nos ajudarão a apresentar as Emendas do Plano Diretor.

Vou passar a palavra ao nobre Vereador Vice-Presidente da Comissão Roberto Monteiro para que faça as suas ponderações.

O SR. VEREADOR ROBERTO MONTEIRO - Excelentíssimo Sr. Presidente Vereador Márcio Pacheco, Exmo. Sr. Vereador Jorge Felipe, senhoras e senhores aqui presentes é uma satisfação recebê-los nessa Casa.

Sendo bem breve o mais importante aqui, o que hoje a gente está se propondo a discutir e receber são as propostas dos cidadãos que vivem na Cidade do Rio de Janeiro e dentro das suas representatividades e dentro dos seus anseios nessa Audiência Pública podem ajudar essa Comissão e a Câmara dos Vereadores na formulação das Emendas ao Substitutivo nº 3, o Plano Diretor com sugestões que efetivamente possam ajudar todos os tipos de deficiência que as pessoas têm em relação da Cidade do Rio de Janeiro para com o deficiente físico, seja ele o cadeirante, o auditivo, o visual. Então, a proposição é muito mais de ouvir para que a gente possa sistematizar, como bem falou o Vereador Márcio Pacheco, para que a gente possa ao final ter uma coletânea de sugestões que a gente possa implementar para enriquecimento da cidade, para o bom convívio do cidadão, principalmente do deficiente, pois muitas vezes a gente não consegue atender legislando no dia a dia.

Então, eu acho que o mais importante aqui é o Debate Popular, pessoalmente entendo que o momento é rico principalmente para ouvi-los para que a gente possa sistematizar e efetivamente encaminhar e entender quais são as proposições para que se possa formular na hora do Debate Político, que vai ser travado na Câmara de Vereadores, ao contento daqueles que realmente são os mais prejudicados nesse fio condutor da história que é o próprio cidadão.

Então, da minha parte, Sr. Presidente, gostaria de louvar a iniciativa da Comissão do Plano Diretor de estabelecer essa relação com a sociedade, pois o mais importante nessa relação são os cidadãos e as pessoas que de alguma forma podem contribuir. E aproveitar para reiterar que esse é o momento oportuno para que a gente possa debater, trazer sugestões e que a gente possa cobrar o encaminhamento dessas sugestões.

Gostaria de deixar essa mensagem e desde já felicitar essa reunião.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Obrigado, Vereador Roberto Monteiro pela participação e também agradecer a presença de todas as Instituições que se fazem presentes. E lembrando que a Câmara enviou convites a todas as Instituições da Cidade do Rio de Janeiro. Todas as Instituições receberam convites para participar deste importantíssimo marco da sociedade no Rio de Janeiro. Esta é a forma mais democrática de se fazer uma nova cidade. Posso dizer na minha primeira Legislatura que a despeito de 1992 quando vastamente foi debatido o Plano Diretor, quero dizer que nunca um Plano Diretor, uma Lei foi tão debatida numa cidade e foi amplamente divulgada como neste Plano Diretor. O Vereador Jorge Felipe pediu para usar a palavra ao final e vai dizer o quanto tem sido difícil porque nos cobram um posicionamento no sentido de democratizar o Plano Diretor e a Comissão está amplamente aberta a debater com a comunidade para que recebamos as devidas sugestões para que o Plano Diretor, que não é somente para nós, mas para a cidade, seja completo.

Então, quero parabenizar vocês que se dispuseram, Instituições, cidadãos, pais, mãe ou mesmo apenas com dificuldades de locomoção, que se dispuseram a estar aqui hoje, heroicamente, porque é fundamental a participação de vocês.

Poderíamos apresentar um Plano Diretor – não é mesmo, Vereador Jorge Felipe? – de qualquer maneira, sem a participação de vocês. Mas não nos permitimos fazer isso. Portanto parabenizo todos vocês que estão marcando a História do Rio de Janeiro. É a primeira vez que Instituições que defendem o segmento da pessoa com deficiência podem, de fato, legislar. As sugestões aqui apresentadas farão parte da Lei Decenal da Cidade. Nos próximos 10 anos, o Plano Diretor sairá daqui também. Meus parabéns a todos. Vejo Instituições muito conhecidas que batalham há muito tempo. Mas é uma pena este Plenário não estar lotado, pelo menos com um membro de cada Instituição porque todas foram convidadas! Todas! Eu, particularmente, liguei para algumas, para o celular, para que todos pudessem apresentar propostas. Parabéns a vocês!

Registro a presença do meu querido amigo Vereador Prof. Célio Lupparelli, grande educador, grande defensor da Educação que, certamente, tem muito a colaborar com a nossa causa. Muito obrigado pela presença, Vereador.

Passo a palavra à Secretária Municipal do Deficiente Cidadão, Professora Leda de Azevedo.

A SRA. LEDA DE AZEVEDO – Bom-dia a todos! Agradeço muitíssimo ao Vereador Márcio Pacheco por este convite, pela oportunidade de participar, junto aos nossos parceiros, representantes das associações de pessoas com deficiência, familiares, usuários, pessoas com deficiência, nossos colegas de trabalho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Valdene, representando a Secretaria de Esporte e Lazer, Sandra Lobo, representando a Secretaria de Saúde, Vereadores presentes, Vereadores que compõem a Mesa. Na verdade, todo momento em que leio ou ouço falar sobre o Plano Diretor na Cidade do Rio de Janeiro, fico angustiada: quando vamos ter a chance de falar sobre a questão da pessoa com deficiência, com mobilidade reduzida, com dificuldades de locomoção, ou seja, de um grande número de pessoas desta cidade, um percentual extremamente significativo desta cidade? E não sabemos em que momento vamos poder opinar, sugerir, fazer nossas reivindicações. Este é um momento extremamente nobre para este segmento da população – este, e todos

os outros! Quando falamos da dificuldade de locomoção, questões inerentes a todos nós, temporariamente, ou, mais à frente, quando ficarmos mais velhinhos, e vamos ouvir menos, ver menos, ter mais dificuldade de andar. Então, a gente está falando de todos. Não estamos falando de um grupo pequeno que precisa ter voz; estamos falando da população da Cidade do Rio de Janeiro. Tenho uma gratidão, isso representando a Secretaria do Deficiente Cidadão, que hoje incorpora todas as ações da Funlar Rio, uma fundação que durante 25 anos vem trabalhando nesta cidade, voltada para a pessoa com deficiência. Hoje, a gente tem, sem modéstia de dizer que é uma referência no país. A maioria das ações que são desenvolvidas por essa fundação, por essa Prefeitura, na Área da Educação, na Área da Saúde, na Área do Esporte e Lazer. Mas a gente quer mais, a gente quer muito mais. Porque esta cidade precisa de muito mais. Esse muito mais somente poderá acontecer se estiver no Plano Diretor. Se ele não estiver no Plano Diretor, vai continuar sendo uma benesse de um Vereador, uma boa vontade de um Prefeito, uma briga de uma associação, uma queixa de um familiar, e não um direito de fato. Esse Plano Diretor tem que contemplar essas demandas, tem que contemplar as questões fundamentais da acessibilidade, para que todas as pessoas tenham o direito aos serviços da cidade.

Vereador Jorge Felipe, que representa a Comissão do Plano Diretor, queremos crer que este momento vai ser um momento em que serão registradas todas essas reivindicações, para que essa cidade seja verdadeiramente uma cidade para todos. E a questão da acessibilidade não pode pecar por deixar de lado o que é fundamental. Na questão de transporte há uma Lei Federal, mas a gente quer mais. Leis estão por aí. A gente tem muitas leis. A gente quer a execução de leis que garantam esses direitos. Direito ao transporte. Hoje a gente tem 48 ônibus acessíveis – que ótimo! Mas é muito pouco, esse número é muito pequeno. Queremos todos os ônibus acessíveis, todos. Acessíveis, não adaptados. É importante que isso fique registrado. Não é ônibus adaptado, é ônibus acessível, para a gestante que está entrando, para a mulher empurrando o carrinho do bebê. Que todos tenham acessibilidade a esse ônibus. Portanto, no Plano Diretor, a cidade tem que estar preparada para que esses ônibus sejam acessíveis, compatíveis, portanto, com as paradas de ônibus, com as paradas, com as descidas das pessoas onde elas precisam chegar.

A outra questão é o Metrô. Metrô é uma coisa ilógica não ser acessível, porque Metrô é um buraco, está embaixo da terra. Lá em cima, é só fazer um elevador e pronto. Ele chega na plataforma. A gente vê isso em outros países. É a coisa mais simples que tem. De todos os transportes urbanos, o Metrô é a coisa mais simples de se tornar acessível. Em qualquer estação basta fazer um buraco e colocar lá o elevador! Esse elevador vai ser para todos e não apenas para o deficiente, mas para as pessoas que estão chegando com malas, com bolsas, para as pessoas obesas, para as pessoas que sofreram acidente, a mulher com seus filhos. Isso é bom para todos e é tão simples! Também nas barcas, trens, enfim, em todos os meios de transportes urbanos para que esses transportes transportem todos! Esta é a questão do transporte!

Da mesma forma, a questão das vias públicas. Que essas vias públicas sejam vias que tenham espaço, calçadas amplas para que lá possam passar cadeiras de rodas. Quando vamos a Copacabana onde há uma concentração enorme de pessoas idosas, de pessoas com dificuldade de locomoção, vemos

muitas pessoas andando e se esquivando, com suas cadeiras de rodas, porque têm dificuldades já que o espaço não é suficiente. É a questão dos espaços urbanos!

Esta Casa não pode mais ser uma Casa não acessível a todos! A quem queira estar aqui sentados em suas cadeiras de rodas, aos cadeirantes. A Funlar Rio, há cinco anos passados, editou o Manual de Acessibilidade aos Prédios Residenciais para que as construtoras dos novos prédios passem a ter a preocupação de que nesses prédios poderão morar pessoas com deficiência ou pessoas que poderão vir a ter alguma dificuldade de locomoção. Não estou falando de algo absurdo! Vemos essas soluções em outras cidades! Por que não em nossa cidade, uma cidade referência nacional e internacional, cartão de visita do país? Por que não? Que os engenheiros e arquitetos coloquem em suas veias que as residências, enfim, os espaços públicos e privados, podem abrigar ou virem a abrigar pessoas com dificuldade de locomoção. Ninguém constrói uma casa sem telhado! Que não se construa nada que não tenha a necessária acessibilidade para todos!

Nesta questão da acessibilidade, da infra-estrutura da cidade, que seja uma cidade que se comprometa com todos seus cidadãos! A questão da tecnologia é também hoje um desafio, no sentido da necessidade de se ter um computador, de se estar ligado à informática, à *Internet*. Hoje há essa democratização da informatização, principalmente nos setores públicos. Que essas formas sejam acessíveis. Quero inclusive informar que a Secretaria do Deficiente Cidadão por meio da Funlar, dá o exemplo. Inauguramos o primeiro *site* acessível dos municípios brasileiros! O nosso *site* é totalmente acessível, 100% acessível, para pessoas com deficiência visual, com visão reduzida, para pessoas que precisam acionar mecanismos outros, para acionar o *site*, como através do comando pela voz. Isso é extremamente simples! Se dentro do serviço público forem oferecidos serviços que se pense que muitas pessoas terão dificuldades de acionar esses serviços se os mesmos não forem acessíveis a elas. A questão de trabalho junto às empresas, que os empreendedores e os empresários de uma maneira geral tenham esse compromisso de ter junto aos seus funcionários, funcionários com deficiência. Apesar de existir uma Lei, nós, na fundação, estamos trabalhando muito forte nesse sentido de inclusão no mundo do trabalho. Porque acreditamos que essa talvez seja a forma de conquista de autonomia. Nada é tão forte quanto o trabalho. Estamos com muitos convênios com empresas, mas queremos mais, e é no Plano Diretor que o empresariado, que os empreendedores vão se comprometer a oferecer espaços acessíveis e possíveis para pessoas com deficiência. A gente retoma transporte, infra-estrutura, tecnologia, trabalho, isso sem falar na questão da educação, e nossos colegas aqui de Esporte e Lazer e da Saúde, com certeza, avançarão nessas nossas reivindicações, que eu tenho certeza que é reivindicação de todos que aqui estão presente.

Portanto, eu quero parabenizar a Comissão do Plano Diretor e parabenizar ao Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Vereador Márcio Pacheco, por essa iniciativa. Queremos colocar essa data de hoje como marco para todos da Cidade do Rio de Janeiro. Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Quero registrar a presença da Vereadora Silvia Pontes.

Obrigado, Silvia, pela sua presença.

Também registrar aqui a presença desses que também são responsáveis por nossa comunicação. Jorge, nosso tradutor de Libras.

Obrigado, Jorge.

Carlos que é da Paróquia Bom Jesus da Penha, mas também é jornalista e tradutor. E o Alexandre de Fenes que está ali.

Obrigado pela presença de vocês.

Passo a palavra agora para o Sr. Valdenio Borges de Oliveira, que representa também o Secretário Especial do Rio 2007, Secretário Ruy Cezar, e é o Coordenador para Organização do Parapan-Americano aqui em nossa cidade.

Obrigado.

Sr. Valdenio, por favor, com a palavra.

O SR. VALDENIO BORGES DE OLIVEIRA – Bom-dia, Vereador Márcio Pacheco, bom-dia a todos. Quero agradecer o convite para estar presente nesta Audiência Pública, representando o Secretário Ruy Cezar, Secretário Especial do Pan2007, visto que, desde o primeiro momento, quando se falou em Pan-Americano, nós, na Secretaria de Esportes, falávamos também no Parapan-Americano. Pela primeira vez vamos realizar numa mesma cidade, com o mesmo Comitê Organizador um evento para portador de deficiência, mesmo Comitê Organizador ligado a pessoas não deficientes. Isso representa um avanço na qualidade do evento e oportunidade também para nós discutirmos várias questões ligadas à questão do portador de deficiência antes, durante e depois desse evento. Mais uma vez agradecer ao Vereador Márcio Pacheco pelo convite e, de certa forma, lamentar o número pequeno de representantes da causa do portador de deficiência.

Hoje, eu acho que é um dia importantíssimo, a discussão de um assunto que tem a ver com grande parte da população dessa cidade, e que eu esperava encontrar esse Plenário lotado e que saíssemos daqui com bastantes sugestões e com um Plano Diretor que realmente contemplasse as nossas necessidades. Mas tenho a certeza de que com o grupo que está aqui, nós chegaremos a um final que trará benefícios a essa grande parte da população da cidade. Nós não devemos nos esquecer nunca de que a Cidade do Rio de Janeiro precisa ser uma cidade de todos e quando falamos todos, falamos toda a população, independentemente de seu grau de mobilidade, de seu grau de deficiência.

Um bom trabalho para todos e sucesso na elaboração do Plano Diretor.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Eu passo a palavra, terminando a Mesa, para a Coordenadora de Programas de Reabilitação da Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Sandra Torturella Lobo. Em seguida passaremos a palavra para vocês e também para os Vereadores que aqui estão presentes, solicitando mais uma vez que sejamos todos breves, para que o

Plenário, que é o mais importante, possa se manifestar. A sugestão de vocês é para nós fundamental, para a elaboração das Emendas do Plano Diretor.

Com a palavra, a Sra. Sandra Torturella Lobo.

A SRA. SANDRA TORTURELLA LOBO – Bom-dia a todos. Eu agradeço o convite, estou aqui em nome do Dr. Jacob Kligerman, Secretário de Saúde, e realmente acho que é importantíssima essa discussão. É muito mais importante a discussão do que o próprio discurso. Eu acho que a gente está precisando ouvir um pouco vocês. As coisas importantes já foram ditas, tanto pela Leda quanto pelo Valdênio, e eu acho que eu só completaria dizendo que tudo isso que a gente trabalha a nível público, tudo que a gente quer fazer é que isso reflita na qualidade de vida de todos nós. E essa qualidade de vida se torna mais um pouco longe quanto maior a dificuldade que a gente tenha de estar junto da normalidade. Hoje em dia a gente sai na rua – eu não uso mais salto alto porque eu vivo levando tombos porque a rua é cheia de buracos; uma cadeira, que a gente dispensa, estragaria em pouco tempo. Quer dizer, tem vários fatores de acessibilidade, coisas que às vezes parecem pequenas e até coisas enormes, porque há pessoas que estão com problemas de acessibilidade e de não poder sair de casa porque moram no alto do morro, não conseguem nem chegar ao serviço público, bastante afastadas, a ponto de não poderem participar de discussões como essa. Então, eu acho que todos nós temos que nos voltar agora para esse tipo de reflexão e fazer com que a nossa cidade, que é uma cidade tão bonita, calorosa e receptiva, possa estar se preparando para ser uma cidade também que acolha as pessoas com todas as suas diferenças. É muito mais fácil a gente preparar a cidade para acolher as pessoas, do que ter capacidade de arrumar cada pessoa para poder andar na cidade. Isso é quase que impossível. Então, eu acho que essa discussão de hoje vai ser muito produtiva, espero que a gente trabalhe muito em cima disso e que possamos cumprir tudo o que tiramos aqui de importante.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Eu agora chamo para fazer uso da palavra o Vereador Prof. Célio Lupparelli, que quer dar a sua colaboração. Logo após, passo a palavra rapidamente à Vereadora Silvia Pontes e a palavra será dada ao Plenário.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Bom-dia, Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores. Realmente, a nossa palavra, como falou o nobre Vereador, Sr. Presidente Márcio Pacheco, será muito breve.

Nós queríamos, Sr. Presidente, dizer o seguinte: para darmos a devida importância ao tema, visto que o Substitutivo nº 3 trata de forma muito dispersa os assuntos ora discutidos, estamos propondo:

(LENDO)

A criação de uma Seção do Capítulo IX, que trata das Políticas Sociais, estabelecendo objetivos e diretrizes específicas.

Adiantando essa proposta, passamos a elencar as seguintes recomendações ao Substitutivo nº 3:

a) implementação de ações sociais de caráter preventivo, visando proteger e atender as pessoas portadoras de deficiência física, através das diversas áreas: saúde, educação, esporte e lazer, segurança pública, desarmamento, violência doméstica e outras;

b) fortalecimento e integração das diversas políticas sociais e dos diversos conselhos municipais da área social (saúde, educação, assistência social, dentre outros), visando a racionalização dos recursos e a implementação de projetos articulados voltados para atendimento às pessoas portadoras de deficiência;

c) incentivo à parceria com o setor privado para apoio às políticas, programas e projetos sociais voltados para o desenvolvimento social das pessoas portadoras de deficiência;

d) ampliação das unidades especializadas da Funlar, instaladas em pontos estratégicos da cidade, contando com equipes multidisciplinares das áreas sociais, com profissionais da educação, saúde, assistência social, esporte e lazer, e representante de moradores do local, para promoção de projetos sociais voltados às pessoas portadoras de deficiência;

e) adequação dos prédios e das instalações da rede de saúde, educação, cultura, lazer e esportes e outros prédios coletivos, inclusive de espaços públicos, aos princípios de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência;

f) implementação da rede municipal de proteção e defesa da pessoa portadora de deficiência.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Essas são as nossas contribuições.
Bom-dia.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Ao Vereador Prof. Célio Lupparelli, o nosso agradecimento pela colaboração, dizendo que cada menção aqui colocada será amplamente discutida, estudada, para que faça parte das Emendas que serão apresentadas, juntamente com as que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência irá apresentar com as colaborações e com as participações que serão colocadas aqui. Fica registrada a sua colaboração e será certamente parte da nossa apresentação.

Muito obrigado, Vereador.

Já coincide, inclusive, segundo a assessoria, com algumas que já tinham sido apresentadas, o que só vem colaborar de imediato com a nossa questão.

Passo a palavra à Vereadora Silvia Pontes e, logo então, a palavra estará franqueada ao Plenário de acordo com uma relação que já me foi entregue. Aqueles que também queiram fazer uso da palavra, por favor nos comuniquem por escrito.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Bom-dia a todos. Bom-dia ao nosso Presidente.

Quero primeiro parabenizar o Prefeito Cesar Maia pela indicação da Secretária Leda, pela vasta experiência que vem trazendo ao Prefeito na política da deficiência.

Fiz algumas observações em três itens: com relação à Educação, Serviço Social, Transporte e Esporte. Vou ser bem rápida.

(LENDO)

Com relação ao desenvolvimento urbano, atribui à escola o papel fundamental para inserção do indivíduo no espaço urbano. Estabelecendo ainda, como uma das principais diretrizes a expansão dos serviços integrados a crianças com necessidades especiais.

Sugestão: garantir no texto do Plano Diretor a inclusão de Políticas Públicas destinadas à população portadora de deficiência.

Exemplo: quero trazer a minha experiência na Funlar, na gestão da então Secretária Laura Carneiro, quando convivi de perto com as dificuldades das famílias que traziam seus filhos para estudarem e aprenderem na Fundação, e pude perceber que a simples implementação de programas especiais por parte do Poder Público para atender àquelas crianças, é realmente o caminho. Assim adotar essas políticas de Orçamento especial e de estrutura administrativa própria é fundamental.

Seção III – Da Assistência Social

Esta seção prioriza como objetivo o atendimento às necessidades básicas da população relativas à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e evidentemente aos portadores de deficiência. A minha sugestão é que, da mesma forma, devemos garantir no texto a inclusão de Poder Público de Assistência Social destinadas à população portadora de deficiência.

Um exemplo que eu posso passar para vocês: há dois anos ou um ano e meio, eu, conversando com o Rogério, da Secretaria de Obras, que era da Conservação, na Barra, vi uma criança em cadeira de rodas, a dificuldade dela para ter acesso à praia. Então, ele fez lá uma rampa linda e maravilhosa, na Barra, e aí eu pedi que aquilo servisse de exemplo para toda a orla. Isso está em estudo na Prefeitura.

Outra coisa que eu fiz foi um Projeto de Lei que voltou, por Inconstitucionalidade. Mas eu ainda vou brigar um pouco mais. Parece meio maluco, mas não é não, gente. Eu estou pedindo que em todos os pontos de ônibus haja acesso à calçada. Como é que você acessa? Eu acho que isso não é

caro, não. As empresas de ônibus fariam uma composição com a Prefeitura. Eu pedi isso, voltou como Inconstitucional, mas eu acredito que ainda vá voltar para estudo.

Outro projeto que eu fiz, que está tramitando e, graças a Deus, não voltou, é com relação aos banheiros. Você vai num restaurante, é claro que eu não posso pedir banheiro para deficiente em todos, porque às vezes o restaurante já está pronto e mal tem um banheirinho. Então, eu fiz um projeto que obriga a ter uma barra de apoio para que possa utilizar melhor o *toilette*, assim como uma pessoa portadora de deficiência física.

Agora, outra, rapidamente, que é com relação ao transporte.

Capítulo V – Da Política de Transporte

Trata-se da implantação do sistema de transporte, incluindo as diversas ações de planejamento e infra-estrutura urbana. A minha sugestão é incluir nessa seção princípios relativos à acessibilidade voltada aos portadores de deficiência.

Exemplos:

a) obrigatoriedade de ônibus especiais para atender aos deficientes em cadeira de rodas;

b) instalação de pisos diferenciados para servir como guia aos portadores de deficiência visual, nas praças e áreas públicas, assim como nos equipamentos urbanos, como orelhões e bancos;

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Isso aí eu já tinha feito.

Eu assisti, no Palácio da Cidade, semana passada, uma coisa fantástica de que vocês já devem ter tomado conhecimento, que são os táxis com cadeiras móveis. O Prefeito Cesar Maia, entendendo e sensibilizado com a questão dos deficientes – vocês devem ter tomado conhecimento – adaptou diversos táxis – eu estou me sentindo assim na Europa. Os táxis têm uma cadeira. Você entra já sentado na cadeira. O motorista do táxi aperta um botão, desce a cadeira. É uma coisa de primeiro mundo. E é claro que nós gostaríamos que isso fosse expandido.

Eu então quero parabenizar o Prefeito Cesar Maia, o Secretário Arolde, por terem entendido a importância disso.

Sou a favor da obrigatoriedade de ônibus especiais para atender aos deficientes em cadeiras de rodas; instalação de pisos diferenciados para servir como guia aos portadores de deficiência visual nas praças e áreas públicas, assim como os equipamentos urbanos, como orelhões e bancos.

Seção II – Das Diretrizes

Das diretrizes, a prioridade apresentada aponta outras alternativas ao meio de transporte, além da tradicional valorização do rodoviário.

A minha sugestão é prever nas novas opções, como o transporte hidroviário, regras que atendam ao portador de deficiência.

Exemplo:

Da mesma forma que o Metrô disponibiliza funcionários para atender aos portadores de deficiência durante o embarque e desembarque de passageiros, que no transporte hidroviário faça-se a mesma coisa, tenha-se o mesmo procedimento.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Para finalizar, eu nem escrevi aqui, porque aí é uma questão minha, eu inclusive tentei ser Presidente da Comissão do Parapan, porque sou ligada ao esporte, mas, depois, conversando com o Márcio Pacheco, ele, como Presidente da Comissão de Deficientes, entendi que não havia necessidade de se criar uma Comissão para se criar no Parapan-Americano. Ouvi-o agora dizendo que vai fazer as visitas. Não adianta a gente fazer a mesma coisa.

Quero dar um depoimento a vocês para vocês entenderem que tudo é possível; a vida é uma arte de desafios; e, quando a gente acredita, eu sempre digo, é a técnica dos três dedos: se eu quero e se Deus quer, assim será.

Criei, junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, dois núcleos de remo. Você pode imaginar: deficiente remar? Pois remar é possível. Pedi ao Prefeito Cesar Maia, e ele entendeu a importância que era, e, cedeu dois núcleos de esporte. Temos três núcleos de remo: no Botafogo, no Vasco e na Confederação. Vocês precisam ver deficientes, cadeirantes, amputados totalmente, com barcos adequados para eles – é claro que se gasta um pouco mais, porque tem que se adequar as embarcações –, e temos campeões. Fui a Campos competir e foram juntos com a gente deficientes visuais e eles competiram. Se vocês quiserem ir um dia à Lagoa assistir... Às vezes, uma pessoa, quando tem uma deficiência... Então, entendam que tudo é possível quando nós queremos a Deus quer.

Lars Grael é um exemplo de vida para nós: ele continuou o trabalho dele. Ninguém é deficiente; deficiência, às vezes, é muito maior numa pessoa normal do que em uma pessoa com uma deficiência física; a deficiência está em nossa cabeça.

Quero parabenizar ao Márcio Pacheco pelo trabalho.

Eu gostaria de dizer que vocês têm, em mim, uma aliada, e gostaria muito que, um dia, vocês fossem assistir à determinação dos meus parceiros amputados, remando na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Obrigado, Vereadora.

Eu pediria que um dos nossos tradutores também se posicionasse ao lado daqueles que fizeram uso da palavra, para que também, por meio de nossa TV Rio Câmara, as pessoas que estão em casa possam acompanhar, pela tradução da libras, a nossa Audiência Pública.

Passo a palavra à Iracema Vieira Polidoro, da Associação de Parentes e Amigos dos Pacientes do Complexo Juliano Moreira.

A SRA. IRACEMA VIEIRA POLIDORO – Bom-dia.

Quero agradecer o convite, porque acho um momento importante de podermos participar.

Agora, é tudo muito bonito, mas, quando chega na parte do subúrbio, onde existe cadeirante amputado, é difícil. O cadeirante visual não pode andar nas calçadas, porque os carros tomam conta. Isso é uma coisa grave. A altura do ônibus para descer o amputado que vem com uma bengala, é difícil. Isso tudo, acho que pessoas têm que ver. No Rio de Janeiro não há aquele sinal de trânsito que emite som; você vai para outros estados e tem. Já vi um atropelamento, há pouco tempo, em frente à Central, porque a pessoa era deficiente visual; ele saltou e atravessou, e o sinal estava aberto; se houvesse a emissão de sinal sonoro, isso seria evitado. Então, são coisas pequenas, são detalhes a que precisamos estar atentos. A roleta dentro dos coletivos cada vez está ficando pior. O motorista não deixa o deficiente entrar pela porta traseira porque todos têm que passar com o RioCard. E chega na hora ele fica preso à roleta. Se ele tem uma bengala, se ele tem duas muletas, ele tem mais dificuldade.

Ando de ônibus, não tenho carro; e fico observando todas essas coisas. São pequenas coisas e as pessoas só vêm coisas maiores, que chamam atenção. Você vai para o lado da Zona Oeste, não temos nada para o deficiente. Poucos ônibus adaptados. E quando existe, o mal-estar do motorista que tem que parar, os passageiros ficam aborrecidos porque aquilo está demorando... Então, eu não sei como tem que fazer para a população ter acesso a essas coisas, que são poucas coisas mas que são importantes dentro desse Plano da cidade.

Uma coisa que não está dentro do contexto mas que sobre a qual eu quero falar um pouco é sobre o RioCard, que já está pipocando de novo, principalmente para o paciente com transtorno mental que o usa para ir e vir – que é a minha luta. Estamos recebendo notificação de que ele não pode usar mais o RioCard nos finais de semana. E isso faz parte da acessibilidade. Ele tem direito ao lazer. E quando a Lei foi feita, foi para isso. Para ir e vir, o lazer, e as oficinas, tudo. Agora, está circulando aqui um ofício – o RioCard é apenas para fins de consultas médicas, no tratamento, para que, dentro dessas normas seja evitado seu cancelamento. Está sendo cancelado. Isso eu acho que é a acessibilidade da Cidade do Rio de Janeiro. E carta-resposta está vindo. Consultas de tratamento médico nunca aos sábados, domingos, feriados e à noite. Quer dizer: que as pessoas que usam o RioCard não podem adoecer aos finais de semana porque elas não vão poder usar. Ele só pode usar de segunda a sexta. Isso também faz parte do Plano da cidade. São coisas que a gente tem que discutir porque na primeira reunião vai dar para se discutir muita coisa. Teria que ter uma equipe de controle social, que o controle social tinha que estar dentro dessa Comissão, porque o controle social é que está lá na ponta. As pessoas vêm muito o que está mais à frente deles, mas o dia-a-dia daquelas pessoas que usam o transporte, que usam a cidade, eles não sabem. E o controle social está sempre junto a eles.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Muito obrigado, D. Iracema.

Eu quero lembrar que cada colocação da senhora é devidamente gravada e fará parte da instrução do nosso relatório. Cada colocação é importante porque disso extrairemos um documento, um relatório final que vai acolher todas essas informações, das mais simples até as mais complicadas.

A respeito de um ponto, quero dizer à senhora, no que diz respeito ao transporte. O tema do transporte, especialmente voltado para a questão da acessibilidade da pessoa com deficiência, daria uma Audiência de, no mínimo, três dias, para falarmos apenas sobre ele. E a Cidade do Rio de Janeiro deve muito ao segmento. Deve muito! Porque não existe transporte acessível na cidade. E quando eu digo transporte acessível não é só o transporte adaptado, é a acessibilidade ao transporte – é a via urbana, é a calçada, é chegar ao transporte. Disso é o que nós tratamos aqui.

No que diz respeito a uma questão, que é o RioCard, menciono aqui o comprometimento público do Prefeito Cesar Maia – público! – nisso. Quero registrar o que foi um comprometimento do Sr. Prefeito Cesar Maia em minha presença como Presidente da Comissão e em público de que ele retiraria as concessões dadas às empresas que não cumprissem a gratuidade. E isso nós vamos cobrar! Vamos cobrar! E eu acredito solenemente na seriedade da afirmação do Sr. Prefeito Cesar Maia quando, veementemente, disse que retiraria as concessões das empresas que não cumprissem com a gratuidade das pessoas com deficiência, dos idosos e dos estudantes.

(PALMAS)

E nós vamos cobrar. Tenho certeza que o Prefeito Cesar Maia foi sensível ao colocar essa questão, senão ele não estaria aqui comprometido colocando para nós devidamente representada a Secretaria Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência, na pessoa da Prof^a Leda, que tem uma experiência vasta já como Presidente da Funlar e, hoje, como Secretária, mostrando a seriedade e o comprometimento do Sr. Prefeito. Então, fica aqui apenas o registro.

Agora a palavra para o Marcos Rodrigues, representante da AACD. Por favor.

O SR. MARCOS RODRIGUES – Bom-dia a todos! Obrigado, Sr. Vereador Márcio Pacheco, pelo convite. Estamos aqui no intuito mais da informação em relação ao tratamento da pessoa com deficiência. A AACD é uma instituição que há 56 anos no Brasil trabalha com deficiente. Foi criada através de um problema existente, que era a poliomielite e estamos no Estado do Rio de Janeiro há dois anos e meio. Nós estamos no Município de Nova Iguaçu, mas o Município do Rio de Janeiro é o segundo maior atendimento nosso. Nós ficamos realmente impressionados pela necessidade que todo o Estado e principalmente a Cidade do Rio de Janeiro tem necessidade de tratamento em saúde. Nós estamos aqui abertos para contribuir com essa causa. Não viemos tomar espaço de ninguém; muito pelo contrário, viemos para realmente ajudar o portador com deficiência em seu tratamento.

Nós somos referência na América Latina, mas isso não traz nenhum louvor. Nós sabemos que cada tempo, a cada momento que passa, o deficiente, ele tem uma necessidade extrema de atendimento em saúde. Hoje, nós

trabalhamos com a capacidade de 40% de atendimento. Fizemos 35 mil atendimentos em 2006. Nós estamos tendo uma dificuldade muito grande em firmar convênio via SUS, porque o SUS, ele é muito identificado com o Município. E fica aberta aí mais uma opção. De repente conseguimos abrir esse leque de opções via SUS, apesar de não estarmos inseridos no Município do Rio de Janeiro, podermos também ter esse convênio com o SUS para que possamos atender mais pacientes.

O nosso programa – não sei se vocês já assistiram algum momento – é feito com a parceria com SBT. É uma dificuldade que temos também com outros canais de participarem, porque aqui não é uma questão política, não é uma questão de interesse particular; é uma questão voltada para o interesse do deficiente. Nós sabemos que o deficiente tem muito a nos ensinar e exatamente esse gancho que gostaria de pegar e dizer a vocês que nós da AACD, Associação de Assistência à Criança Deficiente, que não atende só a criança, mas o adolescente e o adulto com algum tipo de problema de deficiência física. Sabemos que as nossas estatísticas indicam que precisamos ter uma campanha em nível estadual ou em nível de Brasil, de que os acidentes que acontecem em nossas casas com as crianças refletem em nossos atendimentos. E são acidentes muito simples. Uma criança que cai dentro de um balde de água, uma criança que cai de uma calçada, que cai de uma escada. Nós temos essa referência como estatística em nossa unidade. E sabemos que também a violência é um dos fatores que estão fazendo com que aumente o número de deficientes.

É importante que tenhamos uma campanha de esclarecimento à base de informação à população da necessidade de atenção que temos com uma criança. Vocês verificaram uma criança de um ano e meio tendo problemas neurológicos voltados para a dificuldade física por um acidente simples doméstico, a gente percebe que precisamos realmente identificar esses problemas. E sabemos que estamos aqui para trabalharmos juntos. Não podemos ter interesse particular.

E quero aqui de antemão agradecer ao Vereador Márcio Pacheco pelo convite, apesar de não estarmos no Município do Rio de Janeiro, mas reafirmando que o nosso segundo maior atendimento é no Estado do Rio de Janeiro. E a nossa capacidade de 100% queremos alcançar com parcerias, juntamente com a Prefeitura do Rio de Janeiro e com o Estado do Rio de Janeiro, que são nossas opções no momento.

Queremos agradecer a todos e obrigado mais uma vez.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Obrigado, Marcos. Nós também estamos certos de que a ACB é mais uma instituição guerreira, que une forças para que cada vez mais possamos dirimir as barreiras do direito das pessoas com deficiência.

Quero registrar a presença de uma querida amiga, Vereadora Pastora Márcia Teixeira, que tem sido muito importante em nosso Plenário e também é Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Muito obrigada, Pastora.

Passo a palavra para Danielle Mendes Affonso, representante do Comitê para Democratização da Informática, CDI.

A SRA. DANIELLE MENDES AFFONSO – Bom-dia à Mesa, bom-dia, Vereador Márcio Pacheco. Estou aqui representando o Comitê para Democratização de Informática, uma ONG que atua há 12 anos com a promoção da inclusão digital e social em comunidades no Município e no Estado do Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil e da América Latina.

Serei breve ao relatar nossa experiência com a Secretaria Municipal de Saúde, em um projeto de inclusão digital em sete unidades de serviços de saúde mental do Município – um projeto muito bem sucedido, do qual o CDI se orgulha muito. O que a gente pensou em trazer como sugestão para o Plano Diretor, neste momento, é como pensar no ingresso dos nossos alunos da Escola de Informática e Cidadania no mercado de trabalho após o término do curso. Há a necessidade de políticas de inclusão no mundo do trabalho para esse público, principalmente para o público portador de transtornos mentais e emocionais, porque para o portador de deficiência física já existem nuances de projetos, já há algumas leis sendo cumpridas em algumas empresas para absorção desse público. Mas para o público da saúde mental isso é mais difícil, e temos encontrado dificuldade. Então, o que eu gostaria de propor para o Plano Diretor é uma parceria, em nome do CDI, para pensarmos juntos em medidas para a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho e também políticas de inclusão digital para os portadores de deficiência, o que também é uma dificuldade. Hoje, o segundo setor vem se aliando a nós para a gente captar recursos e tornar isso possível em algumas instituições, mas gostaria de convidar também o primeiro setor, aqui representado pela Comissão Permanente, para juntos pensarmos sobre formas de inclusão para essas pessoas no mundo digital.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Obrigado, Danielle. Quero dizer que a intenção de colaborar é fundamental. Logo mais passo a palavra para o Vereador Jorge Felipe, que vai explicar um pouco a questão mais específica sobre o Substitutivo nº 3 e as questões do Plano Diretor. Vocês devem ter recebido uma relação de Emendas ao Substitutivo, que são meras proposições. Nós, da Comissão Permanente, preparamos essas emendas como forma garantidora, mas elas podem ser acrescidas das sugestões que vocês têm a nos dar. Porém, temos um prazo, que o Vereador Jorge Felipe vai nos passar logo mais. Então, o que vocês têm em mãos é uma relação de emendas que, se não chegarem sugestões, serão apresentadas como forma garantidora. É claro que se as sugestões vierem – e espero que venham muitas – nós vamos adaptá-las à forma da Lei, juntamente com a questão da Comissão, e vamos apresentá-las à Comissão Especial do Plano Diretor. Assim nós faremos. O que vocês receberam não é imutável, para deixar claro, mas é para que vocês possam ter uma idéia de como devemos proceder ao apresentar Emendas de cunho Legislativo, para não perdermos a força do segmento. O Vereador Jorge Felipe nos falará sobre isso mais tarde.

Registro a presença do Vereador Rubens Andrade, um grande lutador. Eu tenho a honra de dizer que o Vereador Rubens Andrade é uma das pessoas

que mais tem se colocado na defesa dos direitos dos menos favorecidos nesta nossa Legislatura. Obrigado pela sua presença, Vereador Rubens Andrade!

Passo a palavra para o Sr. Ulisses da Costa Batista, Presidente do Primeiro Fórum de Discussão das Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência da Zona Oeste – ele é de Campo Grande – com quem tive a honra de participar da primeira reunião, como um dos membros desse fórum.

Peço a vocês que apresentem as sugestões. As informações das entidades são importantes, mas as sugestões nos ajudarão bastante na instrução do nosso processo do relatório. Por favor, Ulisses!

O SR. ULISSES DA COSTA BATISTA – Bom-dia a todos! Quero agradecer esta oportunidade e também dizer que fazemos, realmente, um marco na sociedade, na história da Cidade do Rio de Janeiro.

Começo fazendo uma colocação: que tipo de cidadão queremos para a nossa cidade nos próximos dez anos? Deveríamos começar pensando nisso, porque a cidade não é maravilhosa só porque tem pontos turísticos, Cristo Redentor, futebol, carnaval. A cidade é feita de pessoas e de como elas vivem. Moro na Zona Oeste, em Campo Grande, sou nascido e criado lá. Trabalho lá e conheço a realidade da falta de Políticas Públicas em nossa Zona Oeste. Tenho um filho especial autista. Posso dizer categoricamente que o município não faz diagnóstico precoce de autismo nos postos de saúde. O Município não tem atendimento adequado na sua Rede Saúde, nem tem na Rede de Saúde Estadual, nem Federal, para os autistas. Eu tenho uma ação contra o Estado do Rio de Janeiro para atendimento de autistas. Isso não é uma invenção, foi publicado no Jornal Folha de São Paulo, pois no Rio de Janeiro não consegui publicação. Reuni um grupo de pais de crianças autistas, entramos com uma ação que tramita deste 2005 e queremos, aqui, dar essa contribuição. Tenho essa minha luta. Conheci outros pais na região que não têm atendimento e, vendo o meu filho, com seu atendimento todo privado, viram como é caro. O atendimento custa, por mês – ele já está há oito anos em tratamento – uma média de R\$ 1.500,00. Como o pai carente pode dar atendimento ao seu filho autista se não tiver o subsídio do Estado? O Estado, o Município e o Governo Federal têm Leis Orgânicas para isso. Nosso país, como já apareceu no noticiário, tem Leis para quase tudo, mas falta que elas sejam implementadas.

Nesses oito anos, conhecendo outros países, vendo suas dificuldades, me juntei a eles, onde moro, fundamos um fórum em Campo Grande, e nos juntamos a outros pais com filhos portadores de outras deficiências. Temos pais representando deficientes físicos, síndrome de Down, paralisia cerebral. Minha luta era para os autistas. Vejo o Sr. Valdênio aqui e já o vi no Miécimo da Silva. O Miécimo não tem professor adaptado para autistas. Infelizmente, levei meu filho lá e não foi possível. Hoje, eu pago um *personal trainner* para dar atendimento adequado a ele. Ele precisa de um profissional ao seu lado. É uma deficiência diferente. Já foi interpretado que autismo era deficiência mental. Não é a área da saúde mental, ele precisa de múltiplos profissionais, daí ser caro e a dificuldade de o Estado e o Município se adequarem. Precisa haver uma reestruturação. Clínicas particulares existem, mas com preços muito caros. Isso eu conheço bem, porque meu filho passa por essas clínicas. Ele estuda em uma escola particular. Passei por cinco escolas em Campo Grande, pois as escolas

não querem aceitar deficientes mentais, alegando que não têm competência. Existe Lei que determina que a escola não pode recusar aluno, sob pena de ser processada. Mas as escolas recusam e qual pai vai colocar um filho quando a escola o recusa? Então, eu tive que procurar um diretor de uma escola, sensibilizá-lo e dizer: “Olha, eu vou pagar um psicólogo, um doutor em inclusão de autista”. Encontrei esse profissional e o pago já há cinco anos, para que meu filho esteja na escola. Aqueles que conhecem o Rafael sabem que ele é uma vitória, porque o diagnóstico dele era de que não iria falar, não iria entender, de que ele iria para uma instituição e tomaria remédio psicotrópico. Louvado seja Deus, meu filho não toma nenhum remédio psicotrópico até hoje, mas é tratamento constante. Daí, comecei essa luta. Conheci outras mães, fizemos esse fórum. Já apresentei à Mesa as necessidades da nossa região, da Zona Oeste. Deficiente não é só deficiente físico. A gente está falando muito de acessibilidade, mas a gente precisa fortalecer as instituições. Por que eu estou falando isso? Porque na área mental não é da acessibilidade que ele precisa: nessa área, a gente precisa que os professores tenham sensibilidade, que estejam ali para atender nossos filhos, não porque são pessoas diferentes, mas que eles sejam preparados, capacitados, que esse profissional esteja estimulado. Então, como fazer isso? Tem que fortalecer as instituições, tem que fortalecer a Educação. O profissional que está lá é extensão do Prefeito, é extensão do Governador. Então, ele tem que ganhar um salário digno, tem que estar estimulado, tem que ter cursos. As demandas estão aí, as deficiências mentais realmente colocam na parede a área da Educação e eles têm que fazer cursos constantemente. Eu, por iniciativa própria, já procurei a diretora da Faculdade de Educação da Uerj – ex-diretora -, Professora Rosana Glate, para perguntar como pode preparar melhor os professores na área da Saúde, preparar melhor os médicos. Já levei meu filho a um oftalmologista e falei: “Você atende autista?” e ele: “Atendo”. O meu filho o agrediu, ficou agitado, porque autista tem esse problema, quem conhece a síndrome sabe, e, sem querer, chutou a canela do médico, mesmo eu contendo meu filho para fazer o exame na vista. E ele saiu dizendo para mim: “Olha, na minha época, eu educava essas crianças na correia”. E eu falei: “Vou fazer uma representação sua, porque avisei que ele era autista. Você tem nível superior, é formado para identificar essas deficiências, e é assim que se dirige a mim? Fui ao Cremerj e denunciei o médico.

Então, fui à Faculdade, à UERJ, para solicitar que sejam colocadas no currículo as várias deficiências, não só físicas, mas mentais, quais são elas, para que eles saiam com conhecimento. Ela me encaminhou para a UFF, para UFRJ, para que eu fosse fazer esse trabalho. Eu falei: “Olha, eu não sou ONG, não sou político, sou um pai, estou no meu horário de trabalho, pedi dispensa para estar aqui”. Já procurei a PUC e a Professora Carolina Lampréia tem um projeto para diagnóstico precoce de autismo. Anexei a esse processo, que ela elaborou, um roteiro de como o pediatra identificar o autismo em sua fase precoce. Então, isso pode ser levado para os Postos de Saúde. Os pediatras podem receber uma instrução em um Congresso, para que possam fazer o diagnóstico precoce. Mas, depois, para onde encaminhar, já que não há clínicas, em nível municipal, ou outro órgão que faça o atendimento? Um exemplo: quando meu filho foi diagnosticado, em 98, procurei a Funlar, em Campo Grande. Lá, informaram que não atendem autistas. Fui em 2001, 2003, 2004, até ano passado. Já procurei

o Vereador, o então Vereador na época, Otávio Leite. Falei pessoalmente que a FUNLAR não atendia autistas. Ano passado, ele Vice-Prefeito, durante um Debate na Rádio Catedral, eu liguei para lá e falei: “Vereador, hoje Vice-Prefeito, o que o senhor pode fazer pelos autistas, porque a Funlar, ano passado, em Campo Grande, também não atendia autistas?” Dentro da nossa proposta, a gente deseja e pede que se fortaleçam as instituições, que se fortaleça a Saúde. Pedimos que haja uma campanha pública, para que se fale das deficiências, para que as pessoas possam reconhecer o deficiente, se ele é Down, se ele é paralisado cerebral, se ele é autista, para que as pessoas conheçam. Bombeiros, Guardas Municipais, a Polícia. Que os hospitais de pronto atendimento possam estar adaptados para receberem essa clientela, que muitas vezes fica nervosa, agitada e as pessoas, os profissionais de saúde, os educadores, não sabem o que está acontecendo porque não foram devidamente preparadas!

Assim, se faz necessária uma ampla campanha! Na verdade, com relação a deficiências a questão não é apenas de acessibilidade. A área mental é vasta! A Zona Oeste precisa ser atendida. Nós colocamos em nossa proposta a necessidade de um INS – Instituto Nacional dos Surdos, em Campo Grande. A demanda é grande e a distância de Santa Cruz até o Centro é muito longa. Nós estamos vivendo esse clima de violência, imaginemos uma pessoa surda, que não entende o que está acontecendo, em meio ao tiroteio no Rio de Janeiro, que é constante! Precisamos de uma extensão do Benjamin Constant em Campo Grande! É preciso pensar na distância que uma pessoa cega tem que percorrer de Campo Grande, Santa Cruz, Paciência até o Centro do Rio. Gente, por que essa dificuldade para a pessoa especial?

Nós poderíamos ter nas Regiões Administrativas do Município uma extensão do Ciad, porque uma pessoa especial precisa procurar os seus direitos, tirar a sua documentação e para fazer isso precisa vir ao Centro do Rio. Por que essa discriminação? É só colocar em Campo Grande, em Santa Cruz uma extensão do Ciad, com funcionários dando informações, tirando documentos, encaminhando. Nesse fórum que fundamos em Campo Grande, uma senhora foi pedir uma cadeira de rodas. Disse a ela que eu não era político, não fazia parte de nenhuma ONG e que estávamos criando aquele órgão para ouvir as demandas e levá-las aos políticos. Então o Ciad, em Campo Grande, poderia ser disseminador dessas informações e a pessoa não precisaria vir ao Centro do Rio. Existem, inclusive, pessoas carentes que não sabem sequer onde procurar os seus direitos.

São várias as necessidades! Nós as escrevemos e as apresentei, mas eu queria deixar uma mensagem clara para que refletíssemos: que tipo de cidadãos nós vamos ter em nossa cidade nós próximos dez anos? Nós precisamos humanizar a cidade, precisamos fortalecer as instituições, para que recebam nossos filhos, nossos netos, bisnetos. O meu filho estuda em uma escola particular eu pago a esse profissional para a sua inclusão. Eu fui ao diretor, ele conhece a dificuldade do meu filho. Então, alguém poderia dizer: “Ah, então você está bem assistido!” Mas ele, mesmo lá, sofre discriminação! Ele já foi agredido duas vezes na escola! Imagino, então, como é numa escola pública, que não tem o número de inspetores que há na escola onde o meu filho está e onde foi agredido duas vezes no banheiro, o local onde não há inspetor.

Nós, pais de especiais, estarmos aqui representando os nossos filhos é um marco, porque nós não temos tempo para estar aqui. O nosso filho precisa de atendimento constante, precisa de acompanhamento constante. Louvo a todos aqui que estão representando essas pessoas. Poderíamos ser muitos mais, mas acredito que muitos não estejam aqui porque os pais de pessoas especiais precisam estar próximos dos seus filhos, não podendo delegar essa responsabilidade a outras pessoas, que não cuidam da mesma maneira. As instituições precisam ser fortalecidas, órgãos como a Ciad, a Funlar precisam de pessoas que estejam inseridas nessa causa e não apenas escolhidas politicamente; é preciso que tenham cursos especializados e que tenham experiências, para que possam nos ouvir.

O meu filho conta com atendimento privado, mas eu comecei a ver também a necessidade das outras pessoas e me uni a um grupo de pais e estamos vendo as necessidades de nossa região, com relação à acessibilidade. Precisamos de um Ines, de um Benjamim Constant, precisamos que realmente o Miécimo, lá de Campo Grande, possa atender as pessoas com deficiências, com condutas típicas, doenças mentais, como deve ser. Às vezes, é necessário um profissional para uma pessoa e não um tomando conta de vinte! Foi por isso que o meu filho saiu da natação, pois ele tem condutas típicas e o professor me disse: “Ulisses, eu não posso olhar apenas o seu filho, eu sou responsável por 20 crianças!” Então, tive que pagar um *personal training*, pois tenho um pouquinho de condição, para que o meu filho tenha o benefício da atividade física da natação. Mas e aquele outro que não pode pagar? Precisamos humanizar as instituições, fortalecê-las, porque quem está lá na ponta é o professor, o médico, o enfermeiro, o auxiliar de enfermagem, os técnicos. São eles que vão atender os nossos filhos, que também precisam de prioridade de atendimento nos hospitais, nos postos de saúde.

Eu não vou me alongar mais. Escrevi tudo isso e queria apenas deixar registrada essa reflexão sobre que tipo de cidade, que tipo de pessoas nós teremos para os próximos anos. Precisamos refletir seriamente sobre isso!

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Obrigado, Ulisses. A Profa. Leda e o Valdenio querem dar uma palavra a respeito da colocação. Graças a Deus, o número de inscrições triplicou. Portanto, eu pediria que mesmo aqueles que não puderem fazer uso do microfone, pela questão da hora, apresentem por escrito, e aqueles que farão uso, por favor, sejam breves. Eu sei que é importante usarmos esse momento para falar a respeito das nossas questões pontuais, mas é importante também frisar as sugestões para o Plano Diretor.

Professora Leda, a respeito da colocação.

A SRA. LEDA DE AZEVEDO - Para o Sr. Ulisses e para os demais, a informação é de que a Funlar atende autistas, sim. Nós temos atendimento nas casas-dia - temos quatro casas-dia e três casas-lares, além das Unidades de Campo Grande e Vila Isabel, e atendemos autistas, sim, vários autistas. Agora,

alguns são casos atendidos nos Capsis, pela Saúde. O senhor, pelo que eu percebi, é um pai extremamente dedicado e estudioso. O autista tem muitas variações, então, no caso específico do seu filho, ele foi à Funlar e foi encaminhado ao Capsis, que é da Saúde. Só para registrar: a Funlar atende prioritariamente, eu acho que a gente poderia colocar em percentual, 85% dos usuários da Funlar, de todas as unidades da Funlar, são deficientes mentais e autistas e pessoas com algum tipo de deficiência de cognição. Então, esse é o público-alvo da Funlar. Alguns casos são trabalhados junto com a Saúde, com o Capsi da Saúde, e alguns casos são encaminhados diretamente ao Capsi da Saúde. Claro, precisamos de muito mais e quando o senhor está falando do Ciad, para quem não sabe é um Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência, que é um Centro da Prefeitura da Cidade, que tem educação, trabalho, esporte e lazer, saúde, tudo no mesmo espaço. Agora tem uma Casa Brasil que tem a parte de informática, a parte de tecnologia, informática para deficiente visual, para deficiente motor. Há uma proposta para Santa Cruz, Sr. Vereador. Temos, inclusive, o terreno e o projeto para criar um Ciad em Santa Cruz. Então, a gente precisa do apoio desta Casa para que consigamos isso.

Gostaria depois de conversar com o senhor, porque essa questão do autista é hoje uma preocupação nossa e da Saúde, e é muito bom que a gente tenha a parceria dos pais, das pessoas mais ligadas a essa questão e que estão mais afeitas à procura desse atendimento especializado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) - Obrigado, Sra. Leda. Só para esclarecer a importância da participação dos pais e daqueles que lutam pela causa, há aqui um Projeto de Lei, nº 903/2006, de minha autoria, que reconhece a pessoa com autismo como portadora de deficiência para fins de fruição dos direitos assegurados pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Esse projeto de lei, para vir para votação no Plenário, basta apenas passar por mais uma Comissão, que certamente não teremos problema nenhum. Esse projeto de lei foi feito com a ajuda do Ulisses, o pai que acabou de falar. Ele participou do conteúdo desse projeto de lei, que certamente será uma grande vitória para o segmento. Valdenio, você quer dar uma palavrinha?

O SR. VALDENIO BORGES DE OLIVEIRA - Eu queria falar com o Ulisses, permita-me chamá-lo assim. Primeiro, uma palavra de parabéns, pois você é pai de uma criança, ou um jovem - não sei a idade do seu filho Rafael - portador de deficiência, e é uma situação incomum ver um pai nessa luta. Normalmente, a posição é da mãe guerreira, que luta pelos direitos dos seus filhos. Sinto-me muito à vontade de falar com você dessa forma porque eu também sou pai de um deficiente e estou nessa luta há 30 anos, desde que meu filho nasceu. De certa forma, fico triste em saber que você foi num dos pontos onde temos um dos melhores projetos de esportes do Brasil para pessoas com deficiência e ali não ter sido acolhido como deveria ter sido. Já anotei a sua reclamação, vou tomar as providências e esteja certo de que se isso aconteceu, foi uma exceção no processo. O nosso processo de atendimento, que começamos a fazer em 2001, quando começamos esse trabalho na Secretaria de Esportes, é um processo que tem como regra atender todos os tipos de deficiência e pessoas de qualquer idade. E isso nós temos em todos os nossos 11 núcleos de

atendimento que prestamos na Cidade do Rio de Janeiro, contando, hoje, com cerca de 4 mil portadores de deficiência que fazem atividades em nossos núcleos. Eu queria depois, então, ter uma conversa com você, para resolvermos essa questão que aconteceu no Miécimo da Silva.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) - Essa é a participação do Poder Público na reivindicação direta da nossa participação. Quero registrar a presença do Vereador Stepan Nercessian, a quem agradeço a participação.

Passo a palavra ao Sr. Luís Cláudio Pontes, representante da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, mais uma vez ressaltando a importância de sermos breves nas colocações.

O SR. LUÍS CLÁUDIO PONTES - Boa-tarde, saudando a Mesa e o Plenário. Como o Vereador disse, o meu nome é Luís Cláudio Pontes e represento a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Superintendência da Pessoa com Deficiência do Estado, que é um órgão que está nessa Secretaria.

Fazendo referência ao Plenário, na falação inicial do Vereador Presidente da Mesa, e em algumas outras falas, fez-se referência ao esvaziamento do Plenário no que diz respeito às pessoas com deficiência. Aqui, nós não trabalhamos num projeto segregador; sabemos que aqui há pais, como os que acabaram de se colocar, há profissionais, há pessoas interessadas na causa, mas a grande parcela de pessoas com deficiências que deveria estar aqui, não está ainda, devido ao déficit do Estado, do Município e da União referente às Políticas Públicas para a pessoa com deficiência, principalmente, como o nobre Vereador colocou, na questão do transporte, que é fundamental. Se nós formos debater transporte aqui, vamos entrar dia e noite e não vamos chegar a um consenso, mas queríamos ressaltar que hoje nós temos alguns instrumentos em relação ao transporte, como as Leis 10.048 e 10.098, regulamentadas pelo Decreto Federal 5.296, de 2004, que dão critérios e estabelecem prazos, inclusive para o Rio de Janeiro e todos os municípios, para que tenham uma política relativa a transporte. Como estamos falando do Rio de Janeiro, a capital maravilhosa para o Brasil e para o mundo, a ex-capital do Rio de Janeiro e do Brasil, e que é a capital onde vão acontecer os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos, queremos falar em termos de legado. Aqui, citaram a palavra legado. O que é que os Jogos Parapan-Americanos vão deixar de legado para o Rio de Janeiro? Ou será que após os Jogos nós vamos continuar, e com certeza, na discussão relativa à questão do transporte?

Eu, como representante governamental, estando nesta Casa, numa atividade governamental, queria ressaltar a importância da organização - e bem colocou o pai que é Presidente do Fórum das Pessoas com Deficiência da Zona Oeste - a importância do movimento organizado presente. Se não estão todos aqui, gostaríamos que estivessem, mas não estão, porque quem pode, vem; pega seu carro e vem; ainda tem transporte na porta de casa; mas a grande maioria não está aqui pela ausência dessas Políticas Públicas.

Aproveito para parabenizar o Vereador e toda a Comissão por essa iniciativa de estarem discutindo Poder Público e sociedade organizada. Não queria me alongar mais, mas quero colocar para essa Casa uma questão de extrema importância. Quero chamar a atenção para um Projeto de Lei que tramita hoje nesta Casa, que vai na contramão de tudo o que estamos fazendo hoje. É o Projeto de Lei 10.044, de um Vereador desta Casa - Vereador Wilson Leite Passos -, que na sua justificativa coloca de uma forma que vai de encontro a tudo aquilo que estamos tentando construir. Gostaríamos de ter a sensibilidade desta Casa, a sensibilidade da sociedade para que tomasse conhecimento desse projeto de lei.

Há pouco tempo enfrentamos esse mesmo tipo de entrevista com a nobre Juíza Denise Frossard e tivemos que nos posicionar em relação a isso. Estamos nos posicionando também com relação a esse Projeto de Lei 10.044, que na sua justificativa coloca tudo de ruim em relação ao que tentamos construir: uma sociedade igualitária, justa, para que tenhamos melhor condição de vida.

Não quero entrar no mérito do projeto, mas na sua justificativa precisava ter um reparo. Tenho certeza que esta Casa não irá deixar ir à frente este projeto.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) - Luís Cláudio, quero dizer que as suas ponderações foram fundamentais para nós. Quero reparar aqui quando coloquei a questão de que o Plenário estivesse cheio. Você tem toda a razão. Quero reparar publicamente e dizer que se hoje esse Plenário não se encontra cheio é por culpa do Estado. Nós somos responsáveis por isso. Reconheço que a sua colocação procede e muito. Por falta de Política Pública do Estado, não temos esse Plenário cheio. Quero dizer a você que, no ano de 2006, apresentamos uma Resolução nº 1.042, de 22 de agosto, que institui o projeto Câmara Acessível - em 40 anos isso não acontecia - visando a total adaptação das dependências da Câmara Municipal, porque “casa de ferreiro, espeto de pau”. A gente quer falar de acessibilidade, mas a Casa tem que ser acessível. Conseguimos aprovar essa Resolução e o Presidente está providenciando para que isso aconteça com um projeto de acessibilidade. Suas colocações sobre acessibilidade são muito pertinentes. Quero lhe agradecer.

No que diz respeito ao projeto do Vereador Wilson Leite Passos que, a contrário sendo, é membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência como Vogal. Tenho absoluta certeza que ele terá, em tempo, o devido momento para se justificar e espero que assim o faça, porque esse projeto não cabe numa sociedade igualitária. É um projeto excludente e que terá de pronto um compromisso da Câmara de derrubar esse projeto. Tenho certeza que o Vereador Wilson Leite Passos será sensível a isso e, se não o for, no Plenário derrubaremos o projeto. Tenho certeza disso e fica o nosso compromisso.

Muito obrigado.

Quero passar a palavra à Janaína Rodrigues Cavalcante - Projeto Bem-Te-Vejo.

Quero registrar a presença de uma pessoa que é sempre um Vereador a mais nesta Casa, uma pessoa por quem nós temos um carinho muito especial, ele, que é o Subsecretário para os Assuntos Parlamentares, o Sr. Antônio Sá, uma das pessoas mais competentes. Nos ajuda muito. Eu quero pedir uma salva de palmas.

(PALMAS)

Esta Casa, hoje, na sua competência Legislativa, certamente nada seria, se não fosse a participação do nosso Subsecretário Antônio Sá.

Muito obrigado pela sua presença que nos honra.

Por favor.

A SRA. JANAÍNA RODRIGUES CAVALCANTI - Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Mesa.

Eu sou mãe de um portador de distrofia muscular, Gabriel, 11 anos, fez agora, e muitos me conhecem. O Gabi hoje não veio, até lembrando essa questão, que o Luís Cláudio falou, anterior, que, no meu caso, só posso botar uma cadeira, não podia botar a cadeira do Rogério e a cadeira do Gabriel. Então, veio o Rogério e ficou o Gabi em casa. Estou falando mais até como sugestão a vocês.

O Gabi acabou a quarta série primária. O Gabi tem distrofia muscular, mas não tem nada mentalmente, é ileso. O que aconteceu com isso? Num bairro, numa região de 70 mil habitantes, não existe nenhuma escola, nem municipal, nem estadual adaptada. Ou seja, o Gabriel, há um ano e meio, também lutando, falando para as pessoas, em escolas, em tudo, ninguém tomou nenhuma atitude.

Então, eu digo a vocês: tenho a minha luta. Há um mês troquei ele de escola, tive que trocar, porque arrumei uma escola particular, um pouco mais longe, fui levar, fui apanhar, mas, pela falta de sensibilidade - que hoje eu acho que essa palavra é mais forte do que acessibilidade -, a diretora da escola queria que ele usasse, no dia de Educação Física, que ele simplesmente pegasse o uniforme e fosse trocado na escola. Ora, eu disse: “Mas , por favor, ele já está com uniforme. Para que ele precisa ser trocado? Afinal de contas, ele tem 11 anos, ele pensa como qualquer um filho de alguém, normal”. Quer dizer, pudores. Ela falou: “Ele tem que ser tratado igual a todos”. Eu disse: “Sim, ele tem que ser tratado igual a todos, com alguns parâmetros”. Bom, eu cheguei à conclusão de que ela não podia nem educar o meu filho, nem o Gabriel, nem os meus outros dois filhos, que, se ela não tem sensibilidade para ver uma besteira, ela exigir um uniforme, um tênis e uma meia de um cadeirante, para quê? Ela é louca.

Eu queria, como sugestão a vocês, meu Deus, tantas escolas - aí disseram para mim, no município: “Existem as novas, que já são adaptadas”. Mas, olha, as novas são longe. Por que não adaptar uma escola velha, já que a particular, é muito bonito a gente dizer: “São obrigados a aceitar”. Verdade, são obrigados a aceitar”. Verdade, são obrigados a aceitar, mas foi com uma Prefeitura que eu fiz a matrícula do Gabi. “Olha, mãe, você sabe que eu não posso botar ele lá em cima, eu não tenho como colocar, você vai ter que me ajudar”. Eu digo: “Como?

Como que eu vou entrar? Uma escola com quatro andares, como eu vou levar ele - 55 quilos?” Brincadeira, gente.

Então, a sugestão que eu vou dar a vocês, bem rápido, como o nosso projeto, nós fundamos há dois anos, mediante a comunidade. É lógico, o projeto de inclusão veio, as escolas estão colocando especiais - desculpe a expressão assim, não é grotesca -, mas botando pelo ladrão. Simplesmente, as professoras, a gente não pode nem condenar, porque elas não receberam nenhum tipo de ensinamento, de aula para tratar com eles. Então, até nós fizemos convênios com algumas pessoas, pegamos pessoas de fora, da Uerj, viemos afora e tudo, trouxemos pessoas, reunimos todos os professores do município, do estado, das escolas particulares, e fizemos uma semana de curso, como se fosse um Curso de Capacitação Especial, porque entendemos que não adianta eu cobrar. A sociedade, a comunidade ali tinha que se mover, pelo menos com relação aos nossos. Então, aula de libras, aula de braile... Fizemos isso na comunidade. Como? Pegando a escola particular, pegando a igreja, colocando lá a turma. As professoras da escola não sabem libras, mas tem muita criança... Como disse a Rosana, da Uerj: “Cada um educa com o coração”. Educação especial vem de cada um; cada professora vai achar a sua forma de se comunicar. Então, elas aprenderam, estão lá se comunicando. Quer dizer, as pessoas não têm que ir de braile, como falaram, para o Benjamin Constant. Não tem transporte mesmo! Não tem como.

Então, se cada núcleo criar um pólo, uma escola perto... E, escola, acho que é essencial. Não adianta eu cobrar o transporte, porque é um ônibus só. E a gente ainda agradece a Papai do Céu, porque a Caprichosos tem sido muito boa conosco: é passeio de escola... Colocamos todos juntos, e as crianças têm tido uma transformação nas vidas delas.

Então, peço isso a vocês: olhem com carinho, porque não adianta as taxas de 5%, 10% de emprego para um deficiente. Vocês vejam: todo mundo pede currículo; mas, quando diz que é cadeirante, vem escrito lá uma observação de que não pode; por quê? Porque não tem adaptação. Nem loja nem ninguém. Agora, como vou fazer para sustentar. Eu dou estudo para o Gabi; eu vou lutar pelo meu filho até o final do mundo; agora, há tantas mães com quem já encontrei e disseram para mim num bairro em que fiz todo um evento: “Eu não pude, Janaína”. “Eu vou com você”. Abrimos um processo e vou colocar, porque o filho parou de estudar, gente! É triste!

Então, para que o emprego? Para que a taxa de 5% , de 10%, se você não pode dar o que é básico para ele? Como ele vai estudar, se está com barreira desde cedo? Não é muito mais fácil, em cada Região Administrativa - não sei como fazer - que tenha 10, 20 escolas, adaptar uma? Transporte, não tem? Mas, a pessoa já está ali perto. Há escola do município fazendo um trabalho maravilhoso, como aquelas crianças lá e a professora dando sangue e amor, e você vê a transformação de gente que tinha filho que ia para a Tijuca para psicólogo... A gente conseguiu reunir isso tudo numa escola da Prefeitura. É só pensar por perto. Se você não precisar ir para longe, com certeza, vai começar a dar e você vai evitar... Porque a qualidade de vida é essencial. Olham pra o Gabi e dizem: “Puxa, o Gabi está bem!” Mas, isso é baseado numa qualidade de vida.

Então, vocês todos, sensibilizem-se e façam um movimento; e, é lógico, que tenhamos um apoio de vocês que estão com a caneta na mão, porque é possível.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) - Passo a palavra ao Andrei Bastos, representante do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Depois do Andrei, teremos mais um representante e, então, abriremos a palavra. Alguns Vereadores também querem se pronunciar. Sei que a hora já avança, mas creio que seja importante a colocação do Vereador Jorge Felipe, como Relator do Plano Diretor, para nos colocar a par sobre de que maneira devemos apresentar nossas sugestões. Claro, tudo que está sendo dito aqui é de extrema importância; é a vivência de cada um de nós. Mas, também é importante a parte prática do nosso trabalho. O Plano Diretor precisa ser aprovado; e o relatório tem prazo: até o dia 30 de abril. Então, o Vereador Jorge Felipe, como Relator, vai nos dizer de que maneira temos que encaminhar as nossas sugestões. Depois do Plano Diretor já apresentado, com as Emendas já aprovadas, continuamos a nossa discussão pela sua implementação. Será uma segunda fase: o Plano é Lei aprovada e vem a sua aplicabilidade, que dá início à nossa fase de fiscalização.

Então, é importante que, depois da palavra da Denise, não sei quem mais se inscreveu... há ainda muitos inscritos, Preparem por escrito, eu passo, depois da palavra do Andrei, para o Vereador Jorge Felipe. E assim vamos apresentar isso por escrito. A plenária decide. Nós, aqui, somos democraticamente representantes de vocês. Quem concorda, por favor, erga o braço. Que seja feito dessa maneira e que depois da palavra do Andrei, eu possa passar a palavra para o Vereador Jorge Felipe para ele nos dizer como proceder. Quem não concorda, por favor, manifeste-se. Aí perderemos um pouco de tempo, mas a decisão é do Plenário, livre e democrática. Se alguém quiser fazer o uso da palavra... Quem concorda, por favor, erga o braço. É democrático. Se vocês disserem: "Não, Márcio, eu quero falar.", vamos falar. Mas o Vereador vai nos instruir. Quem concorda, por gentileza, depois da palavra do Andrei, eu abro a palavra para o Vereador Jorge Felipe. Por gentileza. Temos maioria? Temos. E depois do Vereador Jorge Felipe, retorna a palavra ao Plenário. Por favor, Andrei.

O SR. ANDREI BASTOS – Senhoras e senhores, boa-tarde. É muito bom perceber que pelo menos a idéia de atendimento às pessoas com deficiência beneficia toda a sociedade. Pelo menos, no campo das idéias, isso já está se consagrando.

As questões das pessoas com deficiência são muitas, relativas a trabalho, à educação, à saúde e ao lazer. Mas existe uma questão, que é fundamental, e que já está virando uma espécie de bordão, que é o direito de ir e vir, que é o transporte coletivo. Porque sem se resolver essa questão, não adianta falar de nenhuma coisa mais. Não adianta ter escolas acessíveis, casa acessíveis se as

peças não têm como ir e vir, como cuidar da sua educação, do seu trabalho, do seu tratamento de saúde.

Alguns segmentos mais inteligentes da sociedade já perceberam isso e tomaram iniciativas no sentido de incorporar o conceito de acessibilidade à sua área de atuação, como, por exemplo, o Crea-RJ e o Sinduscon Rio, que estão fazendo cartilhas ou introduzindo práticas de checar a acessibilidade das construções.

Mas, aqui, estamos falando de um Plano Diretor de uma cidade como o Rio de Janeiro e precisamos focar no ponto principal, que é o do transporte coletivo. Como a Secretária Leda Azevedo falou, nós precisamos, sim, ter todos os ônibus acessíveis, não apenas 48 ônibus, pois isso é uma piada. Não resolve problema de ninguém. E com todos os ônibus acessíveis, a cidade inteira vai se beneficiar.

Com relação à gratuidade, é importante dizer sobre o único e maior argumento utilizado pelas concessionárias pública para atacar Leis que beneficiam a camada mais pobre da sociedade... e nós sabemos que a maioria das pessoas com deficiência é de baixo poder aquisitivo; apenas uma minoria tem renda para usar táxis especiais, adaptados ou ter automóveis adequados. Então, a grande maioria, na verdade, é prisioneira das suas próprias casas e não tem como usufruir a cidadania plena.

Esse argumento falacioso – ausência das fontes de custeio – na verdade, é uma afirmação que não encontra suporte na Constituição da República de 88. Ela só existe na Constituição Estadual e, por essa razão, ela tem a sua constitucionalidade questionada. Certamente ela está na Constituição Estadual por força do imbatível *lobby* das empresas de ônibus, que bem poderiam agir como os segmentos mais inteligentes, que eu citei agora, exemplificados pelo Crea-RJ e pelo Sinduscon Rio, e passar a adquirir ou a montar ônibus acessíveis para todos.

Eu gostaria, portanto, de finalizar fazendo uma proposta a esta Comissão, aproveitando até a afirmativa do Vereador Márcio Pacheco, de que essa questão de transporte coletivo exige uma Audiência Pública exclusiva: eu gostaria que esta Comissão propusesse ou programasse essa Audiência Pública exclusiva, para que se resolvesse essa questão e que nós não ficássemos, na melhor das hipóteses, perdendo, de uma maneira agradável, tempo falando de outras questões.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Nós vamos solicitar, Andrei, uma reunião com a Comissão de Transportes da Casa. Vamos conversar a respeito disso e certamente propor uma Audiência em conjunto, para debatermos essa questão, que acho procedente. Tenho certeza de que muito a falta de acessibilidade à educação, cultura, lazer, arte é por conta da ausência do transporte coletivo. Então, nós vamos debater numa outra oportunidade exclusivamente esse tema.

Eu vou passar a palavra então ao Edynilson de Souza. Edynilson, por favor, nós vamos levar o microfone até você. Ele é cego. Portanto, convido-o a

usar da palavra, para que fique registrada a participação, representando os alunos do CES, Centro de Estudo Supletivo, de Copacabana. E depois, então, a palavra ao Vereador Jorge Felipe, Relator da Comissão Especial do Plano Diretor.

O SR. EDYNILSON DE SOUZA – Bom-dia. Eu sou representante dos alunos do CES, em Copacabana – Centro de Estudo Supletivo. Estou já no final do meu curso, mas tenho tido algumas dificuldades que acho seria louvável agora falar para vocês, para que talvez, quem sabe, alguém do Plenário possa ajudar os deficientes visuais do CES Copacabana.

Nós, deficientes visuais, temos uma dificuldade muito grande para estudar. Falo isso da minha acessibilidade, mas quando a acessibilidade vai para a prática, nós perdemos muito, porque não temos condições, muitas das vezes de ter acesso a muitos recursos que às vezes são caros e o estado, na medida do possível, tem procurado ajudar, mas não têm chegado às nossas mãos esses recursos.

Eu estudo no CES Copacabana há dois anos e estou parado, estou impossibilidade, no momento, de estudar. Por quê? Porque as disciplinas exatas, como matemática, física, não estão sendo atualizadas para os deficientes visuais, tanto em braile como em áudio. Nós temos uma audioteca que está parada, no Rio de Janeiro, por falta de recursos. Essas audioteca tinha recursos do exterior, e esses recursos foram cortados e, desde então, ela não está podendo mais gravar as apostilas, para que nós, deficientes visuais, pudéssemos terminar ou dar continuidade ao nosso curso.

Então, a maior dificuldade que nós temos hoje é de terminar os nossos estudos, por conta das dificuldades que encontramos. Eu me desloco de Madureira para estudar em Copacabana. Temos o Benjamim Constant, que tem um CES lá, também, mas muitos deficientes visuais não podem, muitas das vezes, locomover-se até o Benjamim Constant. A dificuldade é grande.

Então, por isso, queria sugerir que o Cead e outros órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro pudessem adotar uma audioteca. Aproveitar as bibliotecas públicas para poder colocar ali, à disposição dos deficientes visuais, material em braile, em áudio, material digital, para que possamos ter acesso aos recursos e possamos continuar os nossos estudos.

Outra dificuldade que tenho tido – e falo da minha experiência – mas sei que é experiência de muitos deficientes visuais, é que nós, com muito custo, estamos tentando nos capacitar para o mercado de trabalho, e está difícil, porque toda vez que vamos entrar, principalmente na área dos deficientes visuais, quando vamos entregar um currículo às empresas, as mesmas não têm condições de absorver mão-de-obra porque não têm equipamento e nem os programas necessários para que o deficiente visual possa acessar um computador, por exemplo. Existe um programa clamado “Virtual Vision” que em parceria com o Banco do Brasil está disponibilizando para os deficientes visuais de graça, mas as empresas que quiserem adaptar esse programa aos seus computadores têm que comprar esse programa e isso têm atrapalhado os deficiente visuais.

Eu por exemplo fiz um curso de telemarketing durante quatro anos e há quatro anos estou tentando trabalhar em telemarketing e não consigo porque as empresas não se adaptam ou não têm condições de se adaptarem ao deficiente

visual. Por isso queria dar uma sugestão a esse Plenário que se criem Leis que obriguem as empresas a adaptarem os seus computadores com sistema de voz para que o deficiente possa exercer a sua função. Pois não adianta nada se falar em acessibilidade e não ter condições de nós trabalharmos, não termos campo de trabalho. O que adiantou então nós estudarmos tanto, fazermos tanto esforço para podermos nos capacitar e, no entanto não termos área de trabalho para desenvolver o nosso trabalho.

Era a sugestão que gostaria de dar. Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Esse comprometimento a nossa Audiência Pública tem essa finalidade. Ouvi um pouco a Secretária a boa nova que teremos essa implantação.

Com a palavra a Secretária.

A SRA. LEDA DE AZEVEDO – No Cead, na Presidente Vargas nº 1997 nós vamos ter na Casa Brasil que é um programa novo que entrou agora uma biblioteca preparada para os deficientes visuais.

Mas eu gostaria que você fosse nos visitar e fosse à gerência de empregabilidade no segundo andar porque nós estamos tendo várias oportunidades de emprego para pessoas com todas as deficiências. Às vezes não tem no momento, mas que você retornasse o contato com a gerência. Tem uma pessoa perto de você que é o Diretor Técnico Carlos Alberto, que ele vai te explicar melhor e vai procurar você.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Passo a palavra e respondendo ao Edynilson que a questão legal, a Lei é vasta no Rio de Janeiro e no Brasil, a Lei que protege os direitos da pessoa com deficiência no quesito acessibilidade, empregabilidade é o quinto melhor do mundo. E o Plano Diretor também é para isso, o Vereador Jorge Felipe, Relator da Comissão Especial, vai nos dizer como proceder a partir de então.

O SR. VEREADOR JORGE FELIPPE – Bom dia a todos, quero iniciar saudando os integrantes da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos do Cidadão Portadores de Deficiência, saudar a todos os Vereadores presentes, saudar a presença da Exma. Sra. Secretária Municipal Professora Leda de Azevedo que nos honra com a presença. Confesso, Professora, da nossa felicidade em tê-la conosco, gostaria que cada um dos Secretários Municipais tivessem a mesma conduta que V. Exa. nos honrando nas Audiências Públicas porquanto é extrema importância a participação do titular pela aplicação e execução das Políticas Públicas na nossa cidade para ouvir da população seus clamores, suas angústias, suas dificuldades, seus anseios, suas expectativas. Infelizmente, não desfrutamos até hoje, exceto através de V. Exa. dessa prazerosa presença.

Quero saudar a cada um dos senhores que hoje honram, contribuem para que tenha a Cidade do Rio de Janeiro um Plano Diretor que efetivamente

alcance a expectativa da cidadania, contribuindo decisivamente para a melhora da qualidade de vida da população. Estamos precedendo à revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro que já tem um Plano Diretor, peça principal que norteia e estabelece os objetivos e diretrizes das Políticas Públicas em nossa cidade.

Nosso Plano Diretor, nobre Vereador Stepan Nercessiam, durante muito tempo foi objeto de inúmeros elogios: dos mais modernos do país, que anteviu instrumentos modernos em relação à propriedade urbana, buscando fazer com que ela alcançasse a sua função social. Entretanto – pasmem! – no capítulo voltado para as Políticas Sociais, nós temos, em relação à educação, saúde a questão voltada para o deficiente físico e demais políticas sociais, todas inseridas em um único artigo, com onze itens: quatro voltados para a Educação, dois para a Saúde. Rigorosamente, é um Plano Diretor que não alcançou toda a plenitude do anseio daqueles que legislaram e o fizeram. O atual, a atual proposta, o Substitutivo número três, é muito mais perfeito e alcança efetivamente os interesses da cidadania. Não digo que ele seja um instrumento perfeito. Certamente merecerá e está merecendo. Estamos tendo aqui uma prova disso. Inúmeras contribuições e modificações. Mas em relação ao que vige, a proposta ora submetida à consideração da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e da sociedade como um todo é bem melhor.

Essa questão que hoje é objeto desta Audiência Pública, defesa dos direitos do portador de deficiência não vai ser esgotada em uma única Audiência; e não se imagina que estamos fazendo aqui hoje. Ao contrário, hoje, nobre Vereador Márcio Pacheco, digno Presidente, estamos iniciando o processo de Debates sobre essa questão. É uma oportunidade para que a sociedade apresente as suas contribuições à Comissão Permanente. Mas ano significa que se esgota aqui a oportunidade de participação da sociedade. Ao contrário, se inicia aqui. Porque a norma que estabelece a tramitação do Plano Diretor fixa que a partir do dia 2 de maio, semana vindoura, se inicia o prazo de apresentação de Emendas ao Plano Diretor. Emendas que não ficam restritas apenas aos representantes do povo, aos Vereadores, não! Ao contrário, a Câmara Municipal teve a sensibilidade e a competência de delegar à toda a população da Cidade do Rio de Janeiro, pessoas físicas e pessoas jurídicas, a oportunidade ímpar de contribuir para essa Legislação.

Todos, sem exceção, a partir do dia 2 de maio, até o dia 15 de junho, 43 dias, terão oportunidade de apresentar suas propostas à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pessoalmente, sem a necessidade de subscrição de nenhum Vereador, ou de nenhuma entidade. Não, como se cada um de nós, munícipes desta cidade, fosse Vereador, contribuindo para o aperfeiçoamento da sua Legislação, a Legislação que regerá os destinos desta cidade pelos próximos 10 anos.

E tamanha responsabilidade não pode ser objeto de deliberação de apenas 50 pessoas. Ao contrário, deve ser responsabilidade de todos que querem o melhor para a Cidade do Rio de Janeiro. Esse esclarecimento, Vereador Márcio Pacheco, Vereador Roberto Monteiro, eu julgo muito importante: aproveitar todas as oportunidades para fazermos essa divulgação. De forma que não ficarão restritas essas propostas à deliberação de apenas nove membros que integram a Comissão Revisora; ao contrário, temos procurado trazer para a discussão,

embora regimentalmente não esteja previsto, a participação de todas as Comissões Permanentes da Casa. Regimentalmente, não haveria razão de estarmos aqui, hoje, tendo esse encontro, de largo proveito, de grandes contribuições, que, certamente, melhorarão, e muito, o Plano Diretor, nesse capítulo que V. Exa. já propõe inserir, e que não está previsto. Temos procurado democratizar, ao máximo, a participação.

As Emendas apresentadas serão encaminhadas à Comissão Revisora do Plano Diretor. Em relação a cada política pública, nós vamos encaminhar à análise das Comissões Permanentes. As emendas voltadas para a Defesa dos Direitos dos Portadores de Deficiência, nós vamos submeter à consideração da Comissão Permanente para saber qual a opinião da Comissão a respeito daquela proposta. Não significa, rigorosamente, que a Comissão Revisora, posteriormente, deverá acatar essa posição. Não. Mas, pelo menos, vamos lastrear nossa decisão em opiniões, porque do contraditório é que nasce a luz.

É isso que estamos procurando proporcionar: um contraditório, de forma que possamos exaurir a discussão. Não se esgota aqui a oportunidade para que os senhores se manifestem. A Comissão Revisora do Plano Diretor. A partir do dia dois de maio, realizará inúmeras Audiências Públicas, quer aqui na sede da Câmara Municipal, como também nas áreas de planejamento, regionalizando as Audiências Públicas, indo para fora dos muros desta Câmara, dando oportunidade àquelas pessoas que têm dificuldade de locomoção e impossibilidade de se deslocar de Santa Cruz, por exemplo, ao Centro da Cidade, que participem do processo de discussão do Plano Diretor.

Então, essas são as contribuições que devo fazer ao conhecimento de todos, e pedir a cada um que contate as outras pessoas que vocês sabem que têm conhecimento profundo sobre a matéria, para que todos participem, para que ampliemos, ao máximo, esse processo de discussão, pois, certamente, será dessa ampliação que vamos conseguir proporcionar um Plano Diretor à altura do povo da Cidade do Rio de Janeiro, aquele que aqui reside e quer o bem, não só da cidade, mas, acima de tudo, da sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Obrigado, Vereador Jorge Felipe. Fica registrado que, a contento, essa Comissão tem feito seu papel. E, mais uma vez, quero dizer que é a primeira vez que um Secretário Municipal participa de uma Audiência Pública do Plano Diretor. Isso é um registro importante, que o titular da pasta se faça presente.

Por isso, mais uma vez, eu, como Presidente da Comissão, quero agradecer à Professora Leda pela presença, como Secretária titular da pasta, para ouvir os questionamentos desta Casa.

Antes de dar por terminada, quero passar a palavra para o Vereador Rubens Andrade. Passo a palavra, mais uma vez, para o Plenário, para quem quiser fazer as colocações finais, lembrando que o Vereador Jorge Felipe acaba de dizer que as proposições podem ser apresentadas mesmo sem interveniência do Vereador. Poderão ser apresentadas individualmente. Dessa maneira, eu coloco, apenas como sugestão, que a Comissão Permanente de Defesa da Pessoa

com Deficiência seja um mero receptor – podemos receber e encaminhar. Eu me coloco à disposição. Acho que seria mais ordenado, até para que tivéssemos também já uma idéia do que está sendo apresentado, já que essa Comissão Revisora, vai retornar para nós. Eu sugiro que vocês apresentem a nós, por escrito, o quanto antes, todas essas apresentações. Encaminhem à Comissão, nós vamos fazer um conjunto e apresentaremos à Comissão Revisora. Porém, quem quiser encaminhar diretamente à Comissão fica livre para isso. As sugestões, segundo o Vereador Jorge Felipe, poderão ser apresentadas por e-mail, até o dia 15 de junho – quem quiser, por favor anote o e-mail: comissaodosdeficientes@camara.rj.gov.br - ou aqui, diretamente, na Comissão, no Gabinete 602, mais precisamente com a Nise.

A Vereadora Silvia Pontes quer um aparte. Por favor, rapidamente.

A SRA. VEREADORA SILVIA PONTES – Eu já falei e serei bem rápida. Quero aproveitar que estou aqui na Tribuna e fazer um apelo, não a vocês, mas às pessoas que estão fora, aos governantes. A ABBR se encontra num momento muito difícil. A ABBR acabou de fechar o centro cirúrgico, por falta de verba. E estarão em reunião, no dia 25, para diminuir a carga horária de atendimento. A ABBR é um centro de referência para o atendimento ao deficiente.

Estou fazendo este apelo e, se tem alguém me ouvindo, o Poder Público, que realmente fique sensível à questão da ABBR. É lamentável que se feche um centro cirúrgico por falta de apoio do Poder Público, bem como diminuir a carga horária que se estendia até às 19h e vai mudar para até às 17h. por falta de verba. Ouviu, Leda? Ajude-me nesta causa! Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Vereadora, a respeito disso, quero dizer a todos – já que a Vereadora Silvia Pontes levantou a bola, a gente corta: foram apresentadas, nesta Casa, por nós, Vereadores, Emendas para a ABBR. Eu, pessoalmente, apresentei um valor de 500 reais para que o tratamento na ABBR seja continuado, e outros Vereadores assim também o fizeram, e nada foi pago. Portanto, fica aqui a importância não só dessa instituição, mas também das outras instituições que também fazem o trabalho de tratamento preventivo e de reabilitação. A ABBR hoje passa por um descaso, sim. Há um convênio com o SUS que também precisa ser revisto, precisa se refeito, e há também as Emendas apresentadas por esta Casa.

Com a palavra, o Vereador Rubens Andrade.

O SR. VEREADOR RUBENS ANDRADE – Boa-tarde aos Srs. Vereadores que compõem a Mesa, à Secretária Municipal, Profa. Leda, aos que aqui se encontram presentes nesta Audiência. É mais uma Audiência do Plano Diretor, tendo aqui, neste caso, o tema promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Eu tenho que trazer aos senhores que estão presentes, também às senhoras e aos Vereadores que estão aqui presentes e que de repente não participaram das outras Audiências, que é uma questão que os senhores podem estar pensando que seja um problema específico nesta Audiência, mas é uma questão que, como parlamentar, no exercício do meu mandato aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, eu preciso me posicionar e tenho de dever político de me posicionar.

Primeiro, com uma questão que é anterior ao Plano Diretor, porque aqui nós falamos de educação, falamos de saúde, de assistência social, falamos de transporte, falamos de esporte e lazer, e agora, por último, o não cumprimento de Emendas entre umas das instituições de atendimento. Falamos de urbanismo, porque acessibilidade é uma questão de obras, uma questão de urbanismo na nossa cidade. Pois bem, esse é um tema que perpassa várias áreas da administração pública em nossa cidade. E aí, mais uma vez, é importante dizer que esse é um ponto que nós temos que ter clareza, que é fazer com que o Poder Público exerça o seu papel de Poder Público, de fiscalizar e cumprir a Legislação, seja a que nós temos, federal, estadual ou municipal em nossa cidade. Essa é uma questão que, independente de o Plano Diretor estar sendo discutido nesta Casa, uma vez votado, e que certamente o Executivo deverá estar interferindo em algumas votações que faremos nesse Plenário, que as instituições aqui presentes, os Vereadores, o Secretário, o representante do Secretário e particularmente a Comissão não podem perder de vista essa atuação do dia-a-dia, que é da fiscalização e da cobrança do que já existe.

E por que eu falo isso? Porque vou pegar a questão da saúde, que ouvi aqui uma das mães falando desse atendimento, e é um problema sério em nossa cidade. Não só para quem tem uma necessidade especial, mas a população de um modo geral, ela está mal. E, mais grave ainda, tenho informações ditas pelo Secretário de um posto de saúde que, mesmo concluindo as obras, se retomarem as obras, tem dificuldade de colocar pessoal para atender. Isso é uma situação muito séria e complicada para nós. E tem outras questões que dizem respeito ao Plano Diretor. Por exemplo, a Secretária aqui falou da unidade de Santa Cruz, e eu vou tratar disso, porque eu tratei aqui na Audiência do ano passado e atrasado, na discussão do Orçamento da nossa cidade. Eu estive lá no Ciad, com a Secretária, discutindo isso. Ora, não tem perspectiva e não tem valores no Orçamento para implantar aquela unidade de Santa Cruz. Eu ouvi aqui um pai falando de Campo Grande, mas já tem a área ali na Felipe Cardoso, já tem o projeto, já tem o custo, mas não tem a decisão política do Prefeito, de liberar os recursos para execução daquela obra. Há uma perspectiva para 2008, mas não sabemos se é factível ou não. Logo, a implantação desse equipamento tem que estar contemplada no Plano Diretor. E a luta para sua implantação não é esperar que se passem 10 anos, porque o Plano Diretor tem uma previsão de vigência de 10 anos, mas que ele possa ser executado, porque é uma situação concreta e real hoje, na Zona Oeste.

Como a Vereadora falou aqui da ABBR, e a época, com o Secretário de Saúde, então Deputado Ronaldo Cezar, discutimos aqui nesta Casa a implantação do Centro de Reabilitação na Zona Oeste, chegou até a sair matéria em jornal e tudo mais, queria fazer com uma entidade, com uma fundação, enfim, e que não foi a frente. O que eu quero dizer, e volto aqui a tratar, é que nós precisamos, no Plano Diretor, termos a perspectiva, quando se discute urbanismo, que a acessibilidade nessa cidade tem um prazo para que ela ter em todas as áreas, para que todas as áreas dos equipamentos públicos sejam acessíveis à população que precisa.

A segunda questão do Plano Diretor é que nós precisamos discutir, os senhores que pegaram o capítulo que trata da educação, e não temos clareza disto, a universalização do atendimento de creche e pré-escola. Eu penso que as

crianças com necessidades especiais precisam também, porque os pais precisam. Eles têm a vida, têm que trabalhar, têm que gerar renda e tudo mais, e nós não temos uma previsão disso. Essa discussão tem que estar dentro do Plano Diretor. Ou seja, na saúde, a mesma coisa. Transportes, essa então é uma questão crucial, essa é uma questão crucial, e aí eu penso que a Secretaria deveria, em função da posição já colocada pelo Prefeito, que diz que nos custos da planilha já está embutido o valor para, não a gratuidade, porque se a Prefeitura diz que faz e autoriza os aumentos da tarifa de ônibus que já contém a acessibilidade de quem precisa no transporte, então, não é gratuidade, está sendo pago, mas as empresas mais uma vez conseguem na Justiça bloquear essa acessibilidade. E o que eu quero dizer é que foi nesta Casa e por um voto, na época, que nós conseguimos manter para as crianças, idosos, adultos e pessoas que tenham necessidade especiais, a acessibilidade, porque, se não, teria sido derrotada. Eu não sei se algum dos senhores estiveram aqui presentes há cinco anos atrás, lembro, com as galerias cheias. É lamentável essa situação que ocorreu. Essa é uma questão de fundo. Penso que a Secretaria e a Comissão desta Casa têm que, independente do Plano Diretor, é isso que eu quero colocar aqui, porque em todas as Audiências eu tenho acompanhado isso, tem questões que são do dia-a-dia da nossa Cidade e nós temos que cobrar, ter uma ação política, quem sabe até uma ação na Justiça mesmo, para que possa valer o que está escrito no cumprimento da Legislação, enfim.

E tem outras, como eu estou citando aqui, a implantação desse Ciad em Santa Cruz, é uma situação estratégica, até porque também o que nós temos em Campo Grande não tem nem mais onde crescer, o equipamento que está lá, que é um referencial, e porque isso tem a ver com o Plano Diretor? Porque o Plano Diretor trata para onde a cidade cresce, e de uma forma cada vez maior, e hoje a Zona Oeste é uma das áreas que mais cresce, com uma população que os serviços públicos não acompanharam, e imagine para as pessoas portadoras de atendimentos ou necessidades especiais. Então, isso nós temos que estar discutindo no Plano Diretor, mas, Sr. Presidente, sem perder essa perspectiva, o que já vem fazendo o Vereador Márcio Pacheco, brilhantemente esse trabalho, e outros Vereadores também, esse trabalho da Comissão. Mas já que, no caso do transporte, a Prefeitura sinalizou que está embutido na tarifa, vamos assumir isso como uma bandeira do nosso Legislativo, para que se garanta essa acessibilidade e, como foi dito aqui, 48 ônibus. Isso é uma questão que não é... Vou contar um caso, até particular. Isso não é uma questão do portador de necessidade especial, não. As pessoas têm dificuldades de visualizar, o acesso do ônibus, quem tem algum problema de ligamento ou osteoporose, os degraus são de uma altura imensa. Agora você acessa o ônibus pela frente e desce na porta de trás, ou seja, você está indo contra o fluxo, o que é até uma questão física, e você não tem o motorista visualizando se você desceu ou não do ônibus. Então, essas são questões de toda a sociedade, o que é óbvio, atinge, e quem tem uma sensibilidade maior é quem tem essa dificuldade. Mas todos nós hoje estamos, de certa maneira, reféns dessa situação, e eu acho que a Comissão pode ser uma Comissão, com esse trabalho no Plano Diretor, que perpassa todas essas áreas, ouvindo aqui as pessoas e o que colocaram a cada momento.

Então, é esse o encaminhamento que eu quero deixar aqui, para o Presidente da Comissão aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) – Obrigado, Vereador Rubens Andrade. Especialmente essa questão do transporte tem sido acolhida pela Comissão, temos feito algumas reuniões a respeito disso e estive pessoalmente com o Prefeito Cesar Maia, discutindo a questão da gratuidade. Há posições muito controversas nesta Casa, Vereador Rubens Andrade, no que diz respeito a essa questão de estar embutido no preço da passagem. Eu concordo com V. Exa., na planilha, não é? Quem falou foi o Prefeito. Eu ia mencionar isso. O Prefeito menciona, só para deixar esclarecido para vocês, que são usuários disto. A gratuidade, no momento em que está numa planilha de custos, no Contrato de Concessão, que é por Licitação, de uma empresa de ônibus para o Poder Público, segundo a Legislação atual, está embutida na planilha essa realidade. O Prefeito declara que estão embutidos na passagem aqueles valores e, portanto, teríamos a gratuidade.

Pessoalmente, no meu entender, ali não tem gratuidade, porque alguém está pagando. Quando se aumenta o preço da passagem, o valor está embutido e está sendo pago. Há posições muito controversas e vale a pena uma discussão neste Plenário com aqueles que fazem uso disso. Eu não gostaria de emitir só a minha opinião, porque outros Vereadores também têm as suas posições. Acho importante discutir o tema. Há quem defenda, mesmo que não seja questão constitucional, a questão da indicação da fonte de custeio. Há quem defenda apenas a questão constitucional e a garantia do “munus público”. Será feita uma nova Audiência só para discutir esse tema que, para mim, é o ápice da questão. Se não há transporte, não há acessibilidade. Não há acessibilidade à educação, ao tratamento, à reabilitação e à prevenção.

Só para esclarecer, essa é uma Audiência específica para o Plano Diretor. Cabe a vocês agora nos encaminhar todas as questões. Quero ressaltar que a Vereadora Pastora Márcia Teixeira teve que se ausentar, mas declarou o apoio total à causa, dizendo que todas as pautas que aqui forem votadas, ela estará junto conosco. A Vereadora Pastora Márcia Teixeira defende um segmento muito importante e grande da sociedade que é formada por nossos irmãos evangélicos; portanto, ela está aqui como representante e, como defensora, estará atuando na frente, junto conosco, para que as Emendas sejam aprovadas em Plenário. Teremos, então, o apoio e a força da Vereadora Pastora Márcia Teixeira.

Antes de encerrar, parece, ainda, que a Nair, deficiente visual, vai falar.

A SRA. NAIR OLIVEIRA – Boa-tarde a todos. Quero agradecer a maneira solícita com que fui conduzida, desde a portaria até o Plenário.

Parabenizo os responsáveis por este encontro, porque, como disse alguém, o Brasil tem muitas leis, mas muitas leis para não serem cumpridas. É preciso que quem legisla, fiscalize o cumprimento delas. É muito comum legislar para o deficiente sem o apoio dele. Por melhor que os senhores pensem a nosso respeito, quem conhece as nossas necessidades somos nós.

Alguém pediu, no princípio, que déssemos sugestões. Eu gostaria que houvesse uma padronização dos ônibus com respeito aos assentos da frente. Há ônibus que possuem sete assentos; há ônibus que não possuem nenhum; há

ônibus que possuem assentos difíceis de serem alcançados pelo deficiente, porque são cercados por vidros na frente e por ferros atrás.

Gostaria, também, que os motoristas parassem nos pontos e não passassem por trás. Se deixarem um deficiente visual a dois metros do ponto, ele já fica perdido, porque não sabe se o ponto é para frente ou para trás.

As calçadas precisam ficar livres dos frades, aqueles ferros colocados horizontalmente, colocados verticalmente, sem falar das muretas de concreto à altura dos nossos joelhos. Eu tenho artrose traumática de tanto cair nesses ferros.

Os jardins que fossem feitos nas calçadas deveriam obedecer a uma simetria. Que eles fossem colocados ao longo das calçadas e não no meio ou no lado direito ou no lado esquerdo. Às vezes, há um jardim no meio, um canteiro no lado esquerdo e um frade no lado direito.

Às vezes, as calçadas têm frades, têm aquelas muretas de concreto, um do lado, um do outro, outra no meio, quando a calçada é muito larga.

Eu gostaria que sempre se ouvisse o deficiente quando se pensasse em benfeitorias para eles.

O problema da inclusão não vai ser resolvido pela Lei. A inclusão está em cada um. A inclusão está no desejo de cada um de aceitar as diferenças.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MÁRCIO PACHECO) - Senhora Nair Oliveira, representante da Abpca - Associação Brasileira de Professores Cegos e Amigos, muito obrigado pela sua importante - e também do Benjamin Constant - colocação. Sua colocação, para nós, é fundamental. Sua vida, exemplo e vitória são importantes para nossa função Legislativa.

Antes de terminar, quero dizer que não se faz nada se não for com muito zelo pelo exemplo das pessoas que aqui estão. Vocês são vitoriosos porque são verdadeiros heróis que dedicaram a sua vida para mudar uma história, mudar uma cidade. Uma cidade que é composta de pessoas, de mães que aqui vieram; eu conheço o Gabriel, que joga basquete melhor do que qualquer um de nós aqui presentes e vence uma distrofia. E exemplos de como vocês, que lutam com filhos, parentes, mães e pais, como este grande músico, meu querido Luís, que está aqui com a mãe, um dos maiores músicos que já ouvi tocando e eu, como músico, interrompendo o protocolo, posso dizer que poucas vezes vi um pianista como o Luís Cláudio - poucas vezes - e que venceu barreiras.

Portanto, trata-se de sensibilizar uma cidade, porque somos movidos pelo coração. Se as Leis são a nosso serviço é porque nós, com o coração, vivemos as coisas do dia-a-dia. Então, vocês são os responsáveis, porque vão fazer desta cidade uma nova cidade, porque derramaram os seus corações nesta cidade, com dores, lágrimas e vitórias.

Quero agradecer especialmente ao Valdenio, que também tem uma história de vida vencedora. O seu filho é um grande nadador, grande nadador que eu pude ver. Competiu machucado. Hoje se vê jogador - perdão, quebrei o protocolo - com a unha do pé encravada que não joga. O meu querido Valdenio, que é *down*, lindo, competiu com a perna machucada, para vencer mais uma limitação. Coisa linda!

Professora Leda, Secretária, muito obrigada pela sua presença. Em respeito ao Secretariado, V. Exa. ficará marcada como a única Secretária que, até agora, veio participar da Audiência; que fique marcado na história da cidade.

Muito obrigado.

Ao Vereador Roberto Monteiro, Vice-Presidente da Comissão, que integra conosco. Que sua participação seja contínua, pois é um grande Vereador, e pode nos ajudar muito. Ao Vereador Jorge Felipe, que aqui estava, mas teve que se ausentar, Relator da Comissão. E, também, a nossa querida amiga, que representa a Secretaria Municipal de Saúde. Muito obrigado pela sua participação, Sandra Lobo. A vocês, meus amigos representantes da FCD Rio, muito obrigado. O Adilson já deixou por escrito as questões; é importante que encaminhem. Bem-Te-Vejo, obrigado. São algumas que eu tenho aqui - Benjamin Constant. Adeso; obrigado ao Vice-Presidente da Adeso, que está aqui conosco. Obrigado pela sua participação.

Quero agradecer ao Serviço de Som, a todo o Cerimonial, que foi muito solícito conosco, a toda a Segurança desta Casa, que é muito eficiente e solícita, porque foram eles que trouxeram a Dona Nair, ao Sr. Presidente Ivan Moreira, que nos proporciona sempre o melhor desta Casa, à Diretoria de Transporte, que nos ajuda também, a todos os funcionários desta Casa que nos ajudaram e à nossa equipe, à assessoria da Comissão. Muito obrigado a todos vocês e que Deus os abençoe.

Continuemos nessa luta em prol de uma cidade melhor, de uma cidade mais acessível a todos.

Dou por encerrada a nossa Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 13h35)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Natecia do Carmo Nascimento (CAPs do Irajá); Emília Fraça Gouvea (CAPs do Irajá); Marilsa Bittencourt Silva; Letícia Bittencourt Silva; Cristine Barbosa Gomes (Funlar Rio); Wilbor Barbosa Gomes Alonso; Carina de Oliveira Gonçalves; Maria da Paixão Oliveira Gonçalves; Ulisses da Costa Batista (1º Fórum da Zona Oeste - Campo Grande); Alexandre de Melo Sousa (Intérprete); Renata de Almeida Afonseca de Costa (Ass. de Assistência à Criança Surda); Iracema Vieira Polidoro (Ass. de Parentes e Amigos dos Pacientes do Complexo Juliano Moreira); Giselda dos Santos (Ass. de Assistência à Criança Surda); Marivalda Pereira de Barros; Danilo Albernaz (Rep. o Instituto Costa Verde); Marcos Rodrigues (Rep. AACD); Carlos Alberto Rocha (Funlar Rio); Carlos Carvalho (Intérprete); Walcenir Souza Lima (Rep. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos); Jorge Luiz Martins da Silva Junior (Intérprete); Luzia Barbosa (Ass. de Assistência à Criança Surda); Maria Auxiliadora (Rep. IPCEP); Danielle Mendes Affonso (Rep. Comitê para Democratização da Informática (CDI); Eliana Lobo (Funlar Rio); Ana Flor (Funlar Rio); Elizabeth Jabour Murad (Funlar Rio); Valdenio Borges de Oliveira (Rep. o Sec. da Secretaria Especial Ruy Cezar); Hedjan Costa da Silva (Rep. Centro Sullivan do Brasil); Elenita Oliveira Santos (Rep. Corbi - Centro Orientação e Reabilitação Beneficente de Inhaúma); Tânia Braga (Rep.

Afaucep - Ass. dos Usuários e Familiares do Centro Psiquiátrico do RJ); Francisca Lúcia Martins (Afauep); Jandyra de Oliveira Barreto (Rep. Cidadaniarte); Daisy Marques Jacob (Rep. Ass. Assistência às Crianças Surdas-Vila Isabel); Luís Carlos Pinto Magalhães (Rep. Hospital Felipe Pinel e o Movimento da Luta Antimaniconial); Ezequiel de Andrade Coutinho (Rep. CAPs Rubens Correa); Paulo Roberto (Rep. CAPs Rubens Correa); Maria Darry Lucena de Siqueira (Rep. IBC Instituto Benjamin Constant); Rosinete dos Reis Carneiro de Lima; Ana Maria Teixeira; Denise Ramos Paixão (Rep. Mães Benjamin Constant - IBC); Mario Fernandes de Farias (Rep. Adeso - Ass. de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência da Zona Oeste); Patrícia Carvalho (Gab. Ver. Andrea Gouvêa Vieira); Ely Martins (Afarj - Ass. dos Falcêmicos); Fátima Denise da Silva Monteiro (Corbi - Centro de Orientação e Reabilitação Beneficente de Inhaúma); Danielle Monteiro Camara; Luís Cláudio Pontes (Rep. Sec. de Ass. Social de Direitos Humanos); Andrei Bastos (Rep. Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência - IBDD); Leda de Azevedo (Secretária da Secretaria Municipal do Deficiente Cidadão-RJ).